

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINDO  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015**

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL**

A ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR, (denominada "ELETRONUCLEAR" ou "Companhia"), empresa de capital fechado, controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS, com sua sede fixada na Rua da Candelária, nº 65 - 2º ao 14º andares - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20.091-020 tem como atividade principal a construção e operação de usinas nucleares, a geração de energia elétrica delas decorrentes e a realização de serviços de engenharia e correlatos, sendo essas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Dentro do escopo desse objeto, a Companhia vem exercendo basicamente as atividades de exploração das usinas Angra 1 e Angra 2, com potência nominal de 1.990 MW\*, bem como a construção da terceira unidade nucleoelétrica, denominada usina Angra 3, cujo estágio está descrito na Nota 14g, todas integrantes da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto - CNAEA.

A seguir, detalhes sobre as autorizações para construção e operação das usinas componentes da Central Nuclear:

USINA	POTÊNCIA NOMINAL	LICENÇA PARA EXPLORAÇÃO		DATA DE INÍCIO DE OPERAÇÃO	VALIDADE DA LICENÇA
		INICIAL	ATUAL		
ANGRA 1	640 MW	Portaria MME Nº 416 de 13/07/70	Portaria DNAEE Nº 315 de 31/07/97	Janeiro 1985	40 anos
ANGRA 2	1.350 MW	Exp.Mot. MME Nº 300 - 28/05/74	Portaria DNAEE Nº 315 de 31/07/97	Setembro 2000	40 anos
ANGRA 3	1.405 MW Previsão	Decreto Nº 75.870 de 13/06/75	Portaria DNAEE Nº 315 de 31/07/97	Em fase de construção	

A energia elétrica gerada pela Companhia, a partir de 1º de janeiro de 2013, foi rateada entre todas as concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional – SIN, de acordo com a metodologia estabelecida na Resolução Normativa nº 530, editada em 21 de dezembro de 2012, pela ANEEL, para o cálculo das cotas-partes anuais referentes à energia das centrais de geração Angra 1 e Angra 2 e as condições para a comercialização dessa energia na forma do art.11, da Lei nº 12.111/2009.

*\*Informação não auditada por auditoria independente*

Essas cotas-partes representam o percentual da energia proveniente das usinas, a ser alocado a cada distribuidora, calculado pela razão entre o seu mercado faturado dos consumidores e a soma dos mercados faturados dos consumidores cativos de todas as distribuidoras do Sistema Interligado Nacional - SIN.

A ANEEL estabeleceu as cotas-partes anuais referentes à geração para os anos de 2013 a 2020, bem como os montantes de energia a serem alocadas às distribuidoras do SIN, através das Resoluções Homologatórias:

- 1.407/2012 de 21 de dezembro de 2012
- 1.663/2013 de 03 de dezembro de 2013
- 1.830/2014 de 25 de novembro de 2014

A Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 303.750 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 1.127.268, negativo, em 31 de Dezembro de 2014).

## **NOTA 2 – PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

### **a) Base de preparação**

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, referenciadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, a exceção de certos os ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados a valor justo, conforme segue:

- Instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo;
- O ativo ou passivo líquido de benefício definido é reconhecido como o valor justo dos ativos do plano, deduzido de valor presente da obrigação do benefício definido.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 30 de Março de 2016.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais

premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.1.

#### - Conversões em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia é o Real. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para o Real utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos, verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios, são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

As taxas utilizadas na conversão da moeda estrangeira para a moeda de apresentação estão apresentadas abaixo:

Moeda	Nome	País	Taxa Final		Taxa Média	
			31/12/2015	31/12/2014	4º Trim./15	4º Trim./14
USD	Dólar Americano	Estados Unidos	3,9048	2,6562	3,8441	2,5437
EUR	Euro	União Europeia	4,2504	3,2270	4,2087	3,1769

#### - Demonstrações do valor adicionado (“DVA”)

A Companhia elaborou a DVA individual e consolidada nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações trimestrais, conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

#### b) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

#### ***IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)***

A IFRS 15 exige de uma entidade reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS e U.S. GAAP, quando a nova norma for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida pela IFRS. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que o IFRS 15 possa ter nas demonstrações financeiras e nas suas

divulgações. A Companhia ainda não escolheu o método de transição para a nova norma, nem determinou os efeitos da nova norma nos relatórios financeiros atuais.

### **NOTA 3 – DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS**

As práticas contábeis e os métodos de cálculo utilizados na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidos abaixo. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente ao exercício anterior, salvo disposição em contrário.

#### **3.1 - Estimativas contábeis críticas**

##### **a) Benefícios pós-emprego**

O valor atual de obrigações de planos de pensão e assistência médica depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais que utilizam determinadas premissas.

Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo esses mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, nas condições atuais do mercado. Mais detalhes estão apresentados na nota 3.18.

##### **b) Obrigação para desmobilização de ativos**

O valor atual dessa obrigação depende de fatores, tais como, a taxa de desconto, determinada ao final de cada exercício, conforme mencionado acima, e das condições atuais do mercado para desmobilização de usinas nucleares semelhantes.

Se a taxa de desconto estimada, após o imposto, aplicada na apuração do valor presente da obrigação para desmobilização de ativos fosse 1,00% maior que a estimativa da administração (8,00% em substituição a 7,00%), a Companhia deveria reconhecer uma redução do passivo de R\$ 107.009 milhões em contrapartida do ativo imobilizado.

### **c) *Impairment* de ativos**

Anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) no imobilizado de acordo com a política contábil apresentada na Nota 3.4.3. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas (Nota 14c).

No exercício de 2015, foram identificadas perdas (*impairment*) relativo a Angra 3.

#### **Mudança de estimativa contábil**

Durante o exercício de 2015, a Companhia decidiu alterar o percentual de sinergia esperada utilizado na mensuração do cálculo do *impairment*. Esta mudança é prospectiva e tem por objetivo aprimorar as informações financeiras utilizadas nas premissas adotadas no cálculo de *impairment* do ativo imobilizado de Angra III (veja nota 14c).

### **3.2 - Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata, integrantes das atividades de gerenciamento de caixa da Companhia, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

### **3.3 – Títulos e valores mobiliários de curto prazo**

Tratam-se das aplicações financeiras destinadas à compra de ativo fixo e outras atividades de investimento. Os rendimentos auferidos nessas aplicações financeiras são capitalizados no ativo imobilizado.

### **3.4 - Ativos financeiros**

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza do instrumento e da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

#### **a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado**

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativo circulante.

#### **b) Empréstimos e recebíveis**

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia estão detalhados na Nota 4.3.

### **3.4.1 - Reconhecimento e mensuração**

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados ao resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber dos fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "receita (despesa) financeira" no período em que ocorrem.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação.

Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros referentes a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam com o mínimo possível de informações geradas pela administração da própria Companhia.

A Companhia avalia, na data do balanço anual, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros.

### **3.4.2 - Compensação de instrumentos financeiros**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### **3.4.3 – Redução ao valor recuperável (*Impairment*)**

#### **(i) Ativos financeiros não-derivativos**

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições não consideradas em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento, ou;
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

#### **(ii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado**

A Companhia avalia, no final de exercício, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado.

Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos, somente se, há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

A Companhia avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos), descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento, mantido até o vencimento, tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda

por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato.

Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

### **(iii) Ativos não-financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente, usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Atualmente, a vida útil adotada pela Companhia está de acordo com as práticas determinadas pela ANEEL, aplicáveis sobre os ativos não financeiros vinculados à concessão do serviço público de energia elétrica, que podem variar em decorrência da



análise periódica do prazo de vida útil econômica de bens em vigor. Adicionalmente, a vida útil é limitada ao prazo de concessão.

Também impactam na determinação das variáveis e premissas utilizadas pela Administração da Companhia e de suas controladas na determinação dos fluxos de caixa futuro descontados, para fins de reconhecimento do valor recuperável de ativos de longa duração, diversos eventos inerentemente incertos. Dentre estes eventos destacam-se: a manutenção dos níveis de consumo de energia elétrica; a taxa de crescimento da atividade econômica no país; e disponibilidade de recursos hídricos; além de aquelas inerentes ao fim dos prazos de concessão de serviços públicos de energia elétrica, em especial quanto ao valor de sua reversão ao final do prazo de concessão.

### **3.5 - Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge***

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, mensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato de o derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge*. Sendo esse o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por *hedge*.

#### **a) Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Certos instrumentos derivativos não se qualificam para a contabilização de *hedge* de fluxo de caixa. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "receita (despesa) financeira".

### **3.6 - Clientes**

A conta de clientes corresponde a um líquido a receber das concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional – SIN, pela venda de energia no decurso normal das atividades da Companhia.

As contas a receber de clientes são normalmente reconhecidas ao valor faturado.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, tais créditos são classificados no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante, conforme detalhado na Nota 6.

### **3.7 - Estoques de combustível nuclear e almoxarifado**

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, segregado da seguinte forma:

- a) Concentrado de urânio e serviços em curso (para a transformação do concentrado de urânio em elementos de combustível nuclear) estão registrados pelos seus custos de aquisição;
- b) Elementos de combustível nuclear (estão disponíveis no núcleo do reator e no estoque da Piscina de Combustível Usado – PCU) são apropriados ao resultado do exercício em função da sua utilização no processo da geração de energia elétrica (Nota 8);
- c) Almoxarifado, classificado no ativo circulante, está registrado ao custo médio de aquisição, que não excede o valor de mercado (Nota 9).

### **3.8 - Paradas programadas**

Os custos incorridos antes e durante as paradas programadas das usinas Angra 1 e 2, para troca de combustível e manutenção, são apropriados ao resultado no exercício em que forem incorridos. O montante dos custos referentes às paradas foi de R\$ 187.930 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 140.718 em 31 de dezembro de 2014).

### **3.9 - Fundo financeiro para descomissionamento (títulos e valores mobiliários)**

A Companhia possui, com o Banco do Brasil, um fundo exclusivo de investimento para prover os recursos destinados a custear as atividades de descomissionamento das usinas Angra 1 e 2, classificado como títulos e valores mobiliários no ativo não circulante realizável a longo prazo. A titularidade deste fundo é da Eletrobras, conforme determinado pelo CNPE - Conselho Nacional de Política Energética. A carteira desse fundo exclusivo encontra-se detalhada na Nota 11 e o seu uso é restrito para futuro custeio das atividades de descomissionamento.

### **3.10 - Depósitos vinculados**

Os depósitos judiciais, atualizados monetariamente, estão consignados em conta específica apresentada no grupo depósitos vinculados no ativo não circulante e estão detalhados na Nota 12.

### **3.11 - Transações em moeda estrangeira**

As transações em moeda estrangeira são convertidas para reais pela taxa de câmbio vigente nas datas das transações.

Os saldos das contas representativas são convertidos pela taxa de câmbio na data do balanço. Os ganhos e as perdas, decorrentes da flutuação cambial, verificados nas liquidações das operações e da conversão para reais de ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos no resultado do exercício e, quando aplicável, nas imobilizações em curso.

### **3.12 – Imobilizado**

#### **(i) Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

#### **(ii) Depreciação**

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição líquido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear e apropriada ao resultado do exercício.

As taxas anuais de depreciação estão determinadas na tabela XVI do anexo a Resolução Normativa ANEEL Nº 474, de 07.02.2012 (DOU 16.02.2012 e 22.03.2012 retificação) e alterações previstas na Resolução Normativa ANEEL Nº 529, de 21.12.2012 (DOU 28.12.2012), sendo 3,33% ao ano a taxa média praticada para o imobilizado em serviço das Usinas de Angra 1 e 2; 16,67 % para ativos de informática; 14,29% para os veículos e 6,25% para os demais ativos utilizados administrativamente. A administração reconhece ainda como custo adicional de depreciação, através de testes individuais realizados em seus ativos, as parcelas de depreciações que, segundo os critérios estabelecidos pela ANEEL, excedam as datas das licenças de operação das Usinas de Angra 1 e 2, sendo estas respectivamente 12/2024 e 06/2041. Desta forma, a parcela de depreciação assim considerada excedente é reconhecida de forma linear ao prazo de vida útil remanescente de cada ativo, respeitando-se os limites individuais das licenças de operação de cada Unidade Geradora de Caixa (UGC). A adoção deste procedimento, a partir do exercício de 2013, implicou no reconhecimento de uma depreciação adicional no montante de R\$ 72.014 em 2015.

#### **(iii) Custos subsequentes**

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, somente quando forem prováveis que fluam benefícios econômicos

futuros associados ao item, e que, o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado.

Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os custos do imobilizado incluem a estimativa de custos de desmobilização de suas unidades operativas, nos termos do que estabelece o Pronunciamento Técnico CPC 27 - Ativo imobilizado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidos" na demonstração do resultado.

Os encargos financeiros e as variações monetárias são apropriados ao resultado do exercício, sendo transferida para o imobilizado em curso a parcela correspondente aos financiamentos dos bens alocados nesse grupo contábil, nos termos da Instrução contábil 6.3.6 item 2 letra d, do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, expedido pela ANEEL e de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 20 (R1) – Custos dos Empréstimos.

**Obrigações especiais** - As contribuições recebidas da União, estados, municípios e terceiros, para a execução de empreendimentos vinculados ao serviço público de energia elétrica são registradas sob o título de obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e são demonstradas como redutoras do ativo imobilizado. A amortização relativa a essas obrigações mantém proporcionalidade com a depreciação dos ativos correspondentes (Nota 14).

A ELETRONUCLEAR funciona por meio de autorização concedida pela União Federal e não possui prazo para finalização, diferentemente do que ocorre com as concessões de serviços públicos. Sendo assim, a Companhia entende que não atende às condições estabelecidas pela Interpretação Técnica ICPC 01(R1) e, portanto, não está inserida em seu alcance.

### **3.13 - Intangível - Software**

As licenças de *software* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *software* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos *software* de 5 anos.

Os custos associados à manutenção de *software* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento, que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis, quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso;

- A administração pretende concluir o *software* para usá-lo ou vendê-lo;
- O *software* pode ser vendido ou usado;
- Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gere benefícios econômicos futuros;
- Estão disponíveis adequadamente recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*;
- O gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *software* e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software*.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesas, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesas não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de *software*, reconhecidos como ativos, são amortizados durante sua vida útil estimada não superior a 5 anos.

### **3.14 - Contas a pagar aos fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado utilizando o método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

### **3.15 - Financiamentos e empréstimos**

Os financiamentos e empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração de resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo, por prazo superior a 12 meses, após a data do balanço.

### **3.16 – Provisões**

As provisões para restauração ambiental e ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; for provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

Já as provisões para eventuais contratos onerosos são mensuradas a valor presente pelo menor valor entre o custo esperado na rescisão do contrato e o custo líquido esperado caso o contrato fosse mantido. Antes de a provisão ser constituída, a ELETRONUCLEAR reconhece qualquer perda por redução ao valor recuperável dos ativos relacionados àquele contrato.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo.

Uma provisão é reconhecida, mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

### **3.17 - Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido**

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem o imposto corrente e o diferido.

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações

financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

### **3.18 - Benefícios a funcionários - Obrigações de aposentadoria**

Os benefícios concedidos a empregados, incluindo os planos de complementação de aposentadoria e pensão, junto à REAL GRANDEZA - Fundação de Previdência e Assistência Social e ao NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social, são determinados com base em cálculos atuariais elaborados por atuários independentes (Nota 21).

A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de benefícios definidos é calculada, individualmente, para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente utilizando taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. As premissas básicas aplicadas aos cálculos desenvolvidos pelos atuários, são estabelecidas pela Eletrobras para todas as controladas. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos.

O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências de custeio mínimas aplicáveis.

Remensurações da obrigação líquida de benefício definido, que incluem: ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros) são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes. O atuário determina os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no período, multiplicando o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido pela taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício definido, ambos conforme determinados no início do período a que se referem as demonstrações financeiras, levando em consideração quaisquer mudanças no valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido durante o período em razão de pagamentos de contribuições e benefícios. Juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos em resultado.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no resultado. A Companhia reconhece ganhos e perdas na liquidação de um plano de benefício definido quando a liquidação ocorre.

### **3.19- Obrigação para desmobilização de ativos (passivo para descomissionamento)**

A Companhia revisa anualmente os valores da provisão para o passivo para descomissionamento.

Mensurado pelo valor presente dos gastos e classificada no passivo não circulante, essa provisão destina-se ao custeio dos gastos com a desmobilização das usinas nucleares, quais sejam: o desmantelamento e a descontaminação dos materiais, equipamentos e instalações, os quais incorrerão no término da vida útil econômica das usinas, tendo como contrapartida o imobilizado.

### **3.20 - Dividendos**

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral.

### **3.21 - Participação nos lucros e resultados**

A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou, quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada.

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia, após certos ajustes.

No presente exercício, a Companhia está reconhecendo uma provisão contábil passiva para pagamento de participação nos lucros e resultados aos seus empregados. Essa provisão decorre de uma obrigação construtiva, configurada pela prática frequente desse benefício, realizada em diversos exercícios anteriores, não tendo ocorrido no presente qualquer alteração dessas características.

### **3.22- Reconhecimento da receita**

A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos itens transacionados forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para o Companhia, (iii) os



custos associados puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os itens vendidos e (v) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções de vendas, abatimentos sobre vendas, descontos incondicionais e impostos e contribuições sobre vendas.

A receita da Companhia compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia no curso normal de suas atividades. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos do contrato de fornecimento.

### **3.23- Receita financeira**

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a uma conta a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento.

Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

### **3.24 – Riscos socioambientais e trabalhistas**

- **Riscos socioambientais**

A ELETRONUCLEAR está sujeita a diversas leis e normas ambientais e, em particular, a operação da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto - CNAAA está submetida às condicionantes da Licença de Operação emitida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e às exigências das Autorizações emitidas pela Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN, detalhadas na Nota 14 (item d).

Este conjunto normativo tem como objetivo evitar, mitigar ou compensar os efeitos da operação da CNAAA sobre o meio ambiente.

O não atendimento à legislação vigente pode causar sanções e multas aplicadas pelos órgãos reguladores e fiscalizadores e afetar a imagem da empresa perante os seus trabalhadores, as comunidades do entorno e a sociedade em geral.

A ELETRONUCLEAR, através de estudos e programas ambientais de monitoramento, está atenta às eventuais interferências que o funcionamento das suas usinas possa causar ao meio ambiente. Para isso, investe no aprimoramento contínuo de suas

atividades, adotando vários instrumentos e ferramentas de gestão ambiental que minimizem os riscos socioambientais, dentre os quais se destacam:

- Estudos de Impacto Ambiental;
- Auditorias Ambientais;
- Programa de Monitoração Ambiental Radiológico Operacional – PMARO;
- Programa de Educação Ambiental;
- Programa de Qualidade de Águas - PMCQA;
- Programa de Saúde Pública;
- Programa de Recuperação de Áreas Degradadas;
- Programa de Inserção Regional;
- Programas de Gerenciamento de Resíduos;
- Programa de Apoio à Educação Municipal e Estadual;
- Programa de Monitoração de Tartarugas Marinhas - PROMONTAR.

Adicionalmente, encontra-se em andamento a implantação, com apoio de consultoria externa, de um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) na CNAAA – Unidades 1, 2 e instalações de apoio.

- **Risco trabalhista**

A Companhia está sujeita às leis e normas trabalhistas vigentes que devem ser corretamente seguidas. O não atendimento à legislação vigente pode causar: sanções e multas aplicadas pelos órgãos reguladores e fiscalizadores; insatisfação dos empregados e perda da imagem da Companhia.

### **3.25. - Riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos**

#### **3.25.1. – Operação Lava Jato**

Em 2014, foi deflagrada a chamada “Operação Lava Jato”, que investiga, segundo informações públicas, a existência de um suposto esquema de corrupção envolvendo empresas responsáveis, principalmente, por obras no setor de infraestrutura no Brasil.

Em razão das notícias divulgadas na imprensa em 2015, em conexão com tal Operação, envolvendo empresas que também prestam serviços para a controlada Eletrobras Termonuclear S.A. – ELETRONUCLEAR (“ELETRONUCLEAR”) (UTN Angra 3) e para determinadas sociedades de propósito específico, nas quais a Eletrobras ou suas controladas detêm participação, foram abertas 3 (três) comissões de correição na Eletrobras a fim de verificar os processos de contratação de empreiteiras pelas referidas empresas. As comissões mencionadas não encontraram indícios de dano à Companhia, porém, considerando as limitações dos métodos de trabalho dessas Comissões, o Conselho de Administração da Eletrobras decidiu pela contratação de um escritório com a *expertise* necessária para conduzir uma investigação independente com o intuito de avaliar a eventual existência de irregularidades que violem o Foreign Corruption Practice

Act (FCPA), a Lei anti-corrupção brasileira e/ou o código de ética da Eletrobras em determinados empreendimentos, tendo o escritório de advocacia Hogan Lovells sido contratado em 10 de junho de 2015 com essa finalidade.

Tal investigação independente é supervisionada por uma Comissão Independente para Gestão da Investigação, cuja criação foi aprovada pelo Conselho de Administração da Eletrobras, em 31 de julho de 2015, com a finalidade de garantir a independência dos trabalhos desenvolvidos pelo escritório *Hogan Lovells*. Esta Comissão é composta pela Dra. Ellen Gracie Northfleet, ministra aposentada do Supremo Tribunal Federal, pelo Dr. Durval José Soledade Santos, ex-diretor da Comissão de Valores Mobiliários, e pelo Dr. Manoel Jeremias Leite Caldas, representante dos acionistas minoritários.

Ainda sobre a Operação Lava-Jato, importa mencionar que em 29 de abril, em razão de notícias que tratavam de um suposto esquema de corrupção, o então Diretor-Presidente da ELETRONUCLEAR, Sr. Othon Luiz Pinheiro da Silva, solicitou seu licenciamento e, em 06.08.2015 ocorreu sua demissão. O Sr. Othon Luiz Pinheiro da Silva atualmente é réu de ação penal na qual a Eletrobras solicitou ingresso na qualidade de assistente de acusação.

Quanto à construção da Usina Angra 3, importa mencionar que a ELETRONUCLEAR suspendeu os contratos de montagem eletromecânica e de obra civil, tendo o consórcio ANGRAMON proposto uma ação requerendo a rescisão de seu contrato. Tal ação não teve antecipação de tutela deferida e nem tão pouco sentença proferida.

Outrossim, em decorrência de notícias citando o suposto envolvimento do Diretor da Eletrobras Eletronorte, o Sr. Adhemar Palocci, e do Diretor da Eletrobras, Sr. Valter Luiz Cardeal, na prática de supostos atos ilícitos em conexão com a Operação Lava-Jato, em 31 de julho de 2015, ambos solicitaram licença de seus cargos como diretores da Eletronorte e Eletrobras, respectivamente, e no dia 05 de agosto de 2015, o Sr. Valter Luiz Cardeal solicitou licença também dos Conselhos de Administração das empresas CGTEE, Amazonas GT e Eletrosul. Os Srs. Adhemar Palocci e Valter Luiz Cardeal permanecem licenciados.

Na medida em que os trabalhos de investigação, conduzidos pelo escritório Hogan Lovells evoluírem e, caso conduzam a achados e produzam informações e dados suficientes para que a Companhia avalie, de acordo com a legislação do Brasil e dos Estados Unidos da América, a eventual ocorrência de desconformidade com leis e regulamentos, será dado aos mesmos o tratamento legal e regulamentar pertinente.

Atualmente, como as ações relacionadas à investigação ainda estão em andamento, não foi possível identificar e refletir, nestas Demonstrações Financeiras, eventuais impactos, se houver, relacionados a este tema.

## NOTA 4 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO

As descrições dos saldos contábeis e dos valores de mercado dos instrumentos financeiros incluídos nas demonstrações financeiras estão identificadas a seguir:

DESCRIÇÃO	Mensuração	2015		2014	
		Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
<b>Empréstimos e recebíveis</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	Custo Amortizado	6.884	6.884	18.361	18.361
Clientes	Custo Amortizado	108.388	108.388	254.200	254.200
<b>Ativos financeiros mensurados pelo Valor Justo por meio do resultado</b>					
Títulos e Valores Mobiliários	Valor Justo	644.351	644.351	423.574	423.574
<b>Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado</b>					
Fornecedores	Custo Amortizado	885.635	885.635	559.123	559.123
Financiamentos e empréstimos	Custo Amortizado	6.828.095	6.828.095	5.146.242	5.146.242

O valor de mercado dos instrumentos, em 31 de dezembro de 2015, se aproxima do valor registrado nas demonstrações financeiras. A Companhia não realizou operações com derivativos.

### 4.1 - Fatores de risco

O Conselho de Administração da Companhia (CA) tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. A Auditoria Interna e a Gerência de Riscos e Conformidades de Controles são responsáveis pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia. O reporte de suas atividades é feito regularmente ao Conselho de Administração.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a ELETONUCLEAR está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A ELETONUCLEAR, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle, no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

A Companhia possui exposição aos seguintes riscos:

- Riscos de mercado
- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco operacional

#### a) Riscos de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado - tais como as taxas de câmbio e taxas de juros e outros riscos de preço - que irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno, a saber:

##### a.1) Risco de taxa de câmbio

Os riscos de flutuação nas taxas de câmbio podem estar associados às exposições de algumas moedas em relação a ativos e passivos da Companhia, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos (fundo financeiro para descomissionamento e fornecedores) e ao euro (fornecedores).

Com exceção de compra de dólar futuro, detalhado na Nota 11, que compõem a carteira do fundo exclusivo para descomissionamento, não há operações financeiras contratadas que protejam a Companhia dessa exposição.

A exposição total do risco de câmbio pode ser resumida na análise de sensibilidade abaixo:

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE FUNDO FINANCEIRO - 31 de Dezembro de 2015								
MOEDA	SALDO	SALDO R\$ MIL	CENÁRIO PROVÁVEL		CENÁRIO POSSÍVEL		CENÁRIO REMOTO	
			CÂMBIO PROVÁVEL 2016	GANHO ESTIMADO	CÂMBIO POSSÍVEL 2016	GANHO ESTIMADO	CÂMBIO REMOTO 2016	PERDA ESTIMADA
Dólar Americano	2.480	9.658	4,2500	882	4,6750	1.936	3,2805	(1.522)
TOTAL		9.658		882		1.936		(1.522)

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE FUNDO FINANCEIRO - 31 de Dezembro de 2014								
MOEDA	SALDO	SALDO R\$ MIL	CENÁRIO PROVÁVEL		CENÁRIO POSSÍVEL		CENÁRIO REMOTO	
			CÂMBIO PROVÁVEL 2015	PERDA ESTIMADA	CÂMBIO POSSÍVEL 2015	PERDA ESTIMADA	CÂMBIO REMOTO 2015	GANHO ESTIMADO
Dólar Americano	(2.645)	(7.025)	3,4820	(2.185)	3,8302	(3.106)	2,4994	414
TOTAL		(7.025)		(2.185)		(3.106)		414

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE SALDO FORNECEDOR - 31 de Dezembro de 2015								
MOEDA	SALDO	SALDO R\$ MIL	CENÁRIO PROVÁVEL		CENÁRIO POSSÍVEL		CENÁRIO REMOTO	
			CÂMBIO PROVÁVEL 2016	PERDA ESTIMADA	CÂMBIO POSSÍVEL 2016	PERDA ESTIMADA	CÂMBIO REMOTO 2016	GANHO ESTIMADO
Euro	(25.156)	(106.921)	4,7807	(13.342)	5,2588	(25.369)	3,7387	12.870
Dólar Americano	(9.563)	(37.340)	4,2500	(3.303)	4,6750	(7.367)	3,2805	5.969
TOTAL		(144.261)		(16.645)		(32.736)		18.839

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE SALDO FORNECEDOR - 31 de Dezembro de 2014								
MOEDA	SALDO	SALDO R\$ MIL	CENÁRIO PROVÁVEL		CENÁRIO POSSÍVEL		CENÁRIO REMOTO	
			CÂMBIO PROVÁVEL 2015	GANHO/PERDA ESTIMADA	CÂMBIO POSSÍVEL 2015	GANHO/PERDA ESTIMADA	CÂMBIO REMOTO 2015	GANHO ESTIMADO
Euro	(19.690)	(63.540)	2,8000	8.408	3,0800	2.895	3,2267	6
Dólar Americano	(2.747)	(7.297)	3,4820	(2.268)	3,8302	(3.225)	2,4994	431
TOTAL		(70.837)		6.140		(330)		437

A taxa de câmbio utilizada no cenário provável foi extraída da divulgação efetuada pelo OECD Economic Outlook; a taxa de câmbio do cenário possível é uma estimativa 10% superior ao cenário provável; e a taxa no cenário remoto foi calculada com base na média simples do fechamento de câmbio do ano corrente e anterior divulgados pelo Banco Central.

## a.2) Risco de juros

A Administração da ELETRONUCLEAR entende que a exposição a risco de juros não é significativa, visto que 91% do volume dos empréstimos e financiamentos contratados estão indexados à UFIR e TJLP ou não possuem qualquer indexador; enquanto os demais estão indexados à taxa DI-Over. Além disso, todos os recursos são captados em moeda nacional, o que reduz a exposição cambial.

A UFIR não sofreu qualquer variação no período, visto que foi extinta em 2000 e está congelada desde então. Já a TJLP, que é fixada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), saiu de 5,00% em dezembro de 2014 para 7,00% em dezembro de 2015, o que representou uma variação de 40% durante o período. Conforme definido no contrato de financiamento com o BNDES, qualquer valor da TJLP que exceda o patamar de 6,00% ao ano é capitalizado ao saldo devedor. Além disso, o contrato prevê o pagamento pela ELETRONUCLEAR de um spread fixo de 1,72% acrescido à TJLP.

Aproximadamente 9,00% do montante dos empréstimos e financiamentos contratados pela ELETRONUCLEAR estão indexados à taxa DI-Over, apurada pela CETIP, que registrou variação de 22,6% no exercício de 2015. Os prazos de vencimento dos contratos indexados à esta taxa são mais curtos que os demais contratos de financiamento da empresa.

Segue abaixo a exposição total do risco de juros:

EXPOSIÇÃO A RISCO DE JUROS							
FINANCIAMENTO E EMPRÉSTIMOS	Moeda	Indexador	Taxa Efetiva	31/12/2015		31/12/2014	
				Principal	Juros *	Principal	Juros *
<b>ANGRAS 1 e 2:</b>							
ELETOBRAS	R\$	UFIR	7,00%	382.984	141.975	439.635	170.932
ELETOBRAS - PSPE	R\$	Taxa DI-Over	15,66%	150.000	23.769	-	-
ELETOBRAS - Angra 3/PSPE	R\$	Taxa DI-Over	15,66%	149.683	91.716	149.683	97.493
ELETOBRAS - PLR	R\$	Taxa DI-Over	15,66%	11.560	681	-	-
<b>ANGRA 3:</b>							
ELETOBRAS - RGR -	R\$	UFIR	5,50%	594.250	396.290	594.250	428.973
ELETOBRAS - Angra 3/PSPE	R\$	Taxa DI-Over	15,66%	295.750	181.215	295.750	192.633
BNDES	R\$	TJLP	8,72%	3.194.062	3.074.803	2.622.387	2.290.961
CEF - Empréstimo Ponte	R\$	Sem indexador	6,70%	-	-	1.031.613	-
CEF	R\$	Sem indexador	6,50%	2.030.191	1.882.838	-	-
<b>TOTAL</b>				<b>6.808.480</b>	<b>5.793.287</b>	<b>5.133.318</b>	<b>3.180.992</b>

\* Montante de juros até o término das amortizações dos empréstimos calculado conforme taxas contratuais

## b) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro que falhe ao cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e instrumentos financeiros da Companhia. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

A ELETRONUCLEAR, conforme descrito nas Notas 1 e 6, tem a totalidade da sua geração de energia elétrica, a partir de janeiro de 2013, comercializada através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, com todas as distribuidoras do Sistema Interligado Nacional - SIN.

A Resolução Normativa nº 530, de 21 de dezembro de 2012, evidencia que apesar de o faturamento ser repassado pela CCEE, o risco de crédito final é da ELETRONUCLEAR. Dessa forma, a ELETRONUCLEAR monitora constantemente os possíveis efeitos e a eventual necessidade de contratação de instrumentos de proteção. Em dezembro de 2015, não há registro de inadimplência por parte das concessionárias de distribuição.

Abaixo, apresentamos as principais contas sujeitas a risco de crédito:

PRINCIPAIS CONTAS SUJEITAS A RISCO DE CRÉDITO		
COMPOSIÇÃO	SALDO EM 31/12/2015	SALDO EM 31/12/2014
Caixa e equivalentes de Caixa	6.884	18.361
Clientes - Venda de Energia	108.388	254.200
<b>TOTAL</b>	<b>115.272</b>	<b>272.561</b>

	COMPOSIÇÃO	SALDO	ATRASO EM DIAS
1	Caixa	-	0
2	Banco	6.837	0
3	Fundo Fixo	47	0
	TOTAL	6.884	

CLIENTES 2015					
	CONCESSIONÁRIAS	FATURAMENTO	PARCELA VARIÁVEL	TOTAL	ATRASO EM DIAS
1	AES SUL Distribuidora Gaúcha de Energia S.A	5.112	- 2.257	2.855	0
2	Ampla Energia e Serviços S.A.	5.642	- 2.491	3.151	0
3	Bandeirante Energia S.A	5.879	- 2.595	3.284	0
4	Caiuá Distribuidora de Energia S.A. (GRUPO ENERGISA)	653	- 288	365	0
5	Companhia Energética de Alagoas	1.799	- 794	1.005	0
6	CEB Distribuição S.A.	3.499	- 1.545	1.954	0
7	Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica	4.910	- 2.168	2.742	0
8	Celesc Distribuição S.A.	10.130	- 4.472	5.658	0
9	CELG Distribuição S.A.	6.420	- 2.834	3.586	0
10	Centrais Elétricas do Pará S.A.	4.032	- 1.780	2.252	0
11	Companhia Energética de Pernambuco	6.362	- 2.809	3.553	0
12	Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S.A.	973	- 430	543	0
13	Companhia Energética do Maranhão	2.934	- 1.295	1.639	0
14	Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia	3.447	- 1.522	1.925	0
15	CEMIG Distribuição S.A	15.470	- 6.830	8.640	0
16	Companhia Energética do Piauí	1.580	- 698	882	0
17	Centrais Elétricas de Rondônia S.A.	1.636	- 722	914	0
18	Companhia Nacional de Energia Elétrica (GRUPO ENERGISA)	332	- 147	185	0
19	Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia	9.410	- 4.154	5.256	0
20	Companhia Energética do Ceará	5.401	- 2.384	3.017	0
21	COPEL Distribuição S.A.	14.712	- 6.495	8.217	0
22	Companhia Energética do Rio Grande do Norte	2.599	- 1.147	1.452	0
23	Companhia Jaguarí de Energia	274	- 121	153	0
24	Companhia Leste Paulista de Energia	168	- 74	94	0
25	Companhia Luz e Força Mococa	130	- 57	73	0
26	Companhia Paulista de Força e Luz	13.034	- 5.754	7.280	0
27	Companhia Piratininga de Força e Luz	5.714	- 2.523	3.191	0
28	Companhia Luz e Força Santa Cruz	553	- 244	309	0
29	Companhia Sul Paulista de Energia	228	- 101	127	0
30	DME Distribuição S.A. - DMED	248	- 109	139	0
31	Empresa Elétrica Bragantina S.A. (GRUPO ENERGISA)	423	- 187	236	0
32	Elektro Eletricidade e Serviços S.A.	7.585	- 3.349	4.236	0
33	Companhia de Eletricidade do Acre	489	- 216	273	0
34	Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.	23.454	- 10.354	13.100	0
35	Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S.A.	398	- 176	222	0
36	Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia. S.A.	686	- 303	383	0
37	Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A	2.129	- 940	1.189	0
38	Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S.A.	1.582	- 698	884	0
39	Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S.A.	2.367	- 1.045	1.322	0
40	Espírito Santo Centrais Elétricas S.A.	3.837	- 1.694	2.143	0
41	Iguaçu Distribuidora de Energia Elétrica Ltda	136	- 60	76	0
42	Light Serviços de Eletricidade S.A.	12.475	- 5.507	6.968	0
43	Empresa de Distrib.Energia Vale Paranapanema S.A.(ENERGISA)	509	- 225	284	0
44	Rio Grande Energia S.A.	4.712	- 2.080	2.632	0
	TOTAL	194.063	- 85.675	108.388	



### **c) Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco da Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar à reputação da Entidade.

#### **- Índices de liquidez:**

A Companhia monitora seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível em caixa e equivalentes de caixa. A gestão deste risco implica manter caixa e equivalentes, além de aplicações que permitam à Companhia ter capacidade de liquidar suas posições de mercado nos respectivos vencimentos. Abaixo, apresentamos os principais indicadores:

- a comparação entre os direitos realizáveis e as exigibilidades, de curto prazo, aponta um índice de liquidez corrente de 0,79 (0,46 em 31 de Dezembro de 2014) e
- a comparação entre os direitos realizáveis e as exigibilidades, de curto e de longo prazo, revela um índice de liquidez geral de 0,21 (0,26 em 31 de Dezembro de 2014).

Em 2013, a Companhia firmou um contrato com a Caixa Econômica Federal (Empréstimo-Ponte nº 0418.626-06/2013) no valor de R\$ 1 bilhão, tendo sido utilizados R\$ 200.000 em 2013, e R\$ 800.000 em 2014, totalizando o montante de R\$ 1.000.000.

Inicialmente, o prazo de vencimento do contrato de Empréstimo-Ponte era de 08 meses, a partir da assinatura. Sendo assim, todo o montante liberado foi contabilizado no passivo circulante da empresa. Como não foi possível obter a assinatura do contrato de garantia da União dentro do prazo previsto, foi firmado termo aditivo que alterou o prazo de vencimento para 27 meses.

Com as assinaturas do contrato de garantia da União e do contrato em contragarantia entre ELETRONUCLEAR e União, no mês de julho, a cláusula de eficácia do contrato original da CEF nº 0410.351-27/2013 foi plenamente atendida e houve a liberação do primeiro desembolso em 27 de julho de 2015, totalizando R\$ 1.983.570, incluindo os recursos necessários para a quitação do empréstimo-ponte. Esse montante foi classificado no Passivo não Circulante.

Desta maneira, na mesma data da liberação dos recursos do contrato nº 0410.351-27/2013 foi processado o pagamento do saldo devedor total do empréstimo-ponte, classificado até então no passivo circulante, no montante de R\$ 1.078.003.

O valor quitado contempla o montante total liberado da linha de financiamento e os encargos capitalizados durante a vigência do contrato.

Considerando o exposto anteriormente, a Administração da ELETRONUCLEAR entende que os riscos de liquidez corrente estão administrados. O índice de liquidez geral está afetado pelos financiamentos das obras da Usina Angra 3, com entrada em operação e consequente início de receita previstas para dezembro de 2020.

No quadro abaixo, estão demonstrados os passivos financeiros da Companhia por faixas de vencimento, correspondente ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Os valores divulgados no quadro são os fluxos de caixa não descontados contratados:

PASSIVOS FINANCEIROS POR VENCIMENTO				
DESCRITIVO	R\$ MIL			
	Menos de um ano (ii)	Entre um e dois anos (ii)	Entre dois e cinco anos (ii)	Acima de cinco anos (ii)
Em 31 de dezembro de 2014 (i)				
- Empréstimos	1.230.364	317.056	1.456.790	5.635.932
- Fornecedores (iii)	456.396	51.363	51.364	-
TOTAL	1.686.760	368.419	1.508.154	5.635.932
Em 31 de dezembro de 2015 (i)				
- Empréstimos	476.513	621.369	2.180.782	9.842.132
- Fornecedores (iii)	765.239	60.198	60.198	-
TOTAL	1.241.752	681.567	2.240.980	9.842.132

(i) Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos e fornecedores.

(ii) A divisão das faixas de vencimento não são determinadas pelas normas e sim baseadas em uma opção da administração de acordo com os contratos.

(iii) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

### - Redução do Patrimônio Líquido

Face à crescente redução do patrimônio líquido decorrente dos sucessivos prejuízos da ELETRONUCLEAR provocados essencialmente pelo aumento progressivo do valor do *impairment* de Angra 3 (ver nota 14 c.3), desperta-se um risco financeiro quanto à leitura do endividamento da Companhia junto ao seu acionista, o que pode acarretar em dificuldades para a tomada futura de financiamentos para a continuidade do empreendimento Angra 3. Entretanto, a administração da Companhia entende que resolvida a questão do refazimento da tarifa de Angra 3, conforme elucidado na nota 14 c.4, ficaria atendida a condição necessária para que o BNDES e a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL aditassem os contratos de empréstimos, hoje existentes, de forma a garantir o financiamento restante para a consecução do empreendimento, bem como a possibilidade da redução ou reversão do valor do *Impairment*.

#### **d) Risco operacional**

A ELETRONUCLEAR tem como atividade principal a operação das usinas Angra 1 e 2, e em razão disso, tem apresentado nos últimos anos um excelente nível de eficiência, com destaque até no cenário internacional.

Toda a energia produzida por essas usinas tem fornecimento contratual de longo prazo firmado com as distribuidoras de energia elétrica, contratos esses, regidos pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. A Eletronuclear entende que o risco de inadimplência fica mitigado na quitação desse faturamento, face à atividade de administração financeira estar sob o controle da CCEE, que possui autonomia sobre os recursos reservados pelas distribuidoras para esse fim.

A receita fixa das Usinas Angra 1 e 2 é regulada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ANEEL, através do modelo PRORET – Módulo 6 – Submódulo 6.7, com reajustes inflacionários anuais e revisões tarifárias trienais. A receita fixa de 2015 foi definida pela Resolução Homologatória nº 1.842 de 16.12.2014 (DOU 17.12.2014), no montante de R\$ 2.246.259.889,69 (dois bilhões, duzentos e quarenta e seis milhões, duzentos e cinquenta e nove mil, oitocentos e oitenta e nove reais e sessenta e nove centavos).

Finalizado o primeiro processo de revisão tarifária, foi estabelecida a receita fixa de R\$ 2.862.070.163,75 (dois bilhões, oitocentos e sessenta e dois milhões, setenta mil, cento e sessenta e três reais e setenta e cinco centavos) para o ano de 2016, relativa à geração de energia das Usinas Angra 1 e 2, conforme Resolução Homologatória nº 2.006 de 15.12.2015.

Salienta-se que, conforme regras de comercialização das energias de Angra 1 e 2, os desvios eventuais (sobras ou faltas) são apurados em cada exercício e são faturados ou devolvidos em duodécimos no exercício seguinte.

Assim considerando, entende a administração da ELETRONUCLEAR, não haver nenhuma expectativa econômica e financeira que possa indicar um risco de descontinuidade operacional dessas usinas.

Quanto à Usina Angra 3, em fase de construção, terá a totalidade de sua produção de energia elétrica comercializada sob o égide da Portaria MME Nº 980 de 23/12/2010, que culminou com a celebração do Contrato de Energia de Reserva – CER com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

Esse regime de comercialização determina o fornecimento de uma quantidade de energia firme a uma tarifa regulada. Tal tarifa encontra-se em fase de revisão no MME/ANEEL, de modo que possa incluir a totalidade dos custos necessários a tornar o empreendimento com retorno assegurado.

Portanto, a modalidade de comercialização de Energia de Reserva da Usina Angra 3

assegura a esse projeto todas as garantias e compromissos de um modelo não exposto ao mercado de energia elétrica de curto prazo.

A administração da Empresa ressalva, que diante da dificuldade de obtenção das fontes recursos para suportar o empreendimento de Angra 3, a companhia suspendeu os contratos de fornecimentos de bens e serviços associados ao empreendimento por 120 dias, amparada pelo inciso XIV, do art. 78 da lei 8.666/93. Até o presente período, a Companhia entende que esse prazo seja suficiente para assegurar a preservação e integridade dos serviços já executados, além da implementação de ações a um nível de desempenho capaz de recuperar os possíveis impactos no cronograma da obra de Angra 3.

Importante frisar que, em 14.01.2016, foi sancionada, pela Presidenta da República, a Lei nº 13.255, onde foi estimada a receita e fixadas as despesas da União para o exercício financeiro de 2016, nela incluindo em seu inciso III, do artigo 1º, o Orçamento de Investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detém a maioria do capital social com direito a voto, incluindo-se na mesma, a aprovação de dotação e execução orçamentária para a ação de Investimento no projeto de “Implantação da Usina Termonuclear de Angra III”, pertencente à ELETRONUCLEAR, a qual compreende-se que, após avaliação da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, bem como pelo plenário do Congresso Nacional, a obra de “Implantação da Usina Termonuclear de Angra III” está apta a manter sua execução física, orçamentária e financeira, conforme nota 37d.

## **4.2 - Gestão de capital**

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade, para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Condizente com outras companhias do setor, a ELETRONUCLEAR monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários de curto prazo.

O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira podem ser assim sumariados:

ÍNDICE DE ALAVANCAGEM FINANCEIRA		
DESCRIÇÃO	R\$ MIL	
	31/12/2015	31/12/2014
Total dos financiamentos e empréstimos (Nota 17a)	6.828.095	5.146.242
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5a)	(6.884)	(18.361)
(-) Títulos e val. mobiliários de curto prazo (Nota 5b)	(151.413)	(81.680)
Dívida líquida	6.669.798	5.046.201
Total do patrimônio líquido	(351.588)	4.796.475
Total do capital total	6.318.210	9.842.676
Índice de alavancagem financeira - %	1,06	51

### 4.3 - Instrumentos financeiros por categoria

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, e são subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA - 31/12/2015			
R\$ MIL			
DESCRIÇÃO	EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS	ATIVOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO	TOTAL EM 31/12/2015
Ativos conforme o balanço patrimonial			
- Contas a receber de clientes	108.388	-	108.388
- Caixa e equivalentes de caixa	6.884	-	6.884
- Títulos e valores mobiliários de curto prazo	-	151.413	151.413
- Títulos e valores mobiliários de longo prazo	-	492.938	492.938
Em 31 de Dezembro de 2015	115.272	644.351	759.623

INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA - 31/12/2014			
R\$ MIL			
DESCRIÇÃO	EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS	ATIVOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO	TOTAL EM 31/12/2014
Ativos conforme o balanço patrimonial			
- Contas a receber de clientes	254.200	-	254.200
- Caixa e equivalentes de caixa	18.361	-	18.361
- Títulos e valores mobiliários de curto prazo	-	81.680	81.680
- Títulos e valores mobiliários de longo prazo	-	341.894	341.894
Em 31 de Dezembro de 2014	272.561	423.574	696.135

#### 4.4 - Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), estejam próximos de seus valores justos. A Administração entende que os valores justos de seus passivos financeiros são próximos dos seus valores contábeis, tendo em vista a disponibilidade de instrumentos financeiros similares no mercado e, portanto de juros e condições equivalentes.

#### Valor justo hierárquico

Existem três níveis para classificação do Valor Justo referente a instrumentos financeiros, sendo que a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativos ou passivos financeiros. A classificação dos Níveis Hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto a seguir:

- Nível 1: Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2: Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraídos de modelo de precificação, baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3: Dados extraídos de modelo de precificação, baseado em dados não observáveis de mercado.

Em 31 de dezembro de 2015 a classificação por Nível Hierárquico apresenta-se da seguinte forma para os instrumentos financeiros valorizados a valor justo:

INSTRUMENTOS FINANCEIROS					
DESCRITIVO	R\$ MIL				
	Nível 1		Nível 2		Total
	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	
Títulos e valores mobiliários de curto prazo	81.680	81.680	-	-	81.680
Títulos e valores mobiliários de longo prazo	341.894	341.894	-	-	341.894
Total de ativos em 31/12/2014	423.574	423.574	-	-	423.574
Títulos e valores mobiliários de curto prazo	151.413	151.413	-	-	151.413
Títulos e valores mobiliários de longo prazo	492.938	492.938	-	-	492.938
Total de ativos em 31/12/2015	644.351	644.351	-	-	644.351

#### Gerenciamento do capital

A política da Administração, bem como as demais áreas, procura um equilíbrio entre a rentabilidade vis-à-vis o risco incorrido, de modo a não expor seu patrimônio, ou de sofrer aumento súbito ou flutuações do mercado. Visando a gestão do capital saudável, a

Companhia adota a política de preservar a liquidez, com o acompanhamento de perto do fluxo de caixa de curto e longo prazo.

## **NOTA 5 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS DE CURTO PRAZO**

Conforme estabelecido pela Resolução nº 3.284/05, emitida pelo Banco Central do Brasil, em 25 de maio de 2005, as aplicações financeiras resultantes das receitas próprias das empresas públicas e das sociedades de economia mista, integrantes da Administração Federal Indireta, somente podem ser efetuadas por intermédio da Caixa Econômica Federal, do Banco do Brasil S.A. ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por eles liderados.

Os saldos considerados como equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de liquidez imediata, prontamente conversível em um montante conhecido de caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e, mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e também cujos recursos são destinados ao atendimento da gestão de caixa da Companhia. Aquelas aplicações de recursos, que são de comprometimento nas atividades de investimentos e que não fazem parte da gestão de caixa, são classificadas como títulos e valores mobiliários.

As aplicações financeiras da Companhia, apresentadas no quadro abaixo (“b - Títulos e valores mobiliários de curto prazo”), resultam de recursos oriundos de financiamento concedido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e pela Caixa Econômica Federal – CEF para construção da usina Angra 3, que são mantidos no Banco do Brasil e na CEF por força contratual. Estão aplicados em Extramercado FAE - Fundo de Investimento em Renda Fixa, que oferece liquidez diária e são compostas, principalmente, de títulos do governo brasileiro e certificados de depósitos bancários. O fundo de investimento possui possibilidade de resgate com liquidez imediata e sem carência.

### **a) Caixa e equivalentes de caixa**

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Composição	R\$ MIL	
	31/12/2015	31/12/2014
Caixa e bancos	6.884	18.361
<b>SALDO</b>	<b>6.884</b>	<b>18.361</b>

## b) Títulos e valores mobiliários de curto prazo

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS		
Composição	R\$ MIL	
	31/12/2015	31/12/2014
Investimento em renda fixa:		
** Fundo de Investimento Caixa Extramercado VI IRF-M	151.413	81.680
TOTAL	151.413	81.680

Os recursos oriundos de financiamento concedido pelo BNDES e pela Caixa Econômica Federal são para construção da usina Angra 3.

\*\* Rentabilidade no ano: 12,89% em 2015 e 10,45% em 2014

Em 2015, até 31 de dezembro, houve aplicação em títulos e valores mobiliários de curto prazo no valor de R\$ 920.000, rendimento bruto de R\$ 23.516, resgate de recursos, incluso IRRF e pagamento de IOF, no montante R\$ 873.783.

## NOTA 6 – CLIENTES

CLIENTES - CONTAS A RECEBER		
BALANÇO	R\$ MIL	
	Ativo Circulante 31/12/2015	Ativo Circulante 31/12/2014
Energia contratada	194.063	171.706
Desvio negativo	(85.675)	-
Desvio positivo	-	82.494
TOTAL	108.388	254.200

- a) O faturamento da Companhia é realizado, mensalmente, com base na Resolução Normativa nº 530, editada em 21 de dezembro de 2012, pela ANEEL, para todas as concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional – SIN. Em dezembro de 2015, não há registro de inadimplência por parte das concessionárias de distribuição.
- b) O desvio negativo (ressarcimento) de R\$ 85.736, provisionados até dezembro de 2015, é em decorrência de a energia fornecida ter sido menor que a energia garantida para 2015. Este valor corresponde ao montante apurado e valorado, ao máximo, entre o Preço de Liquidação das Diferenças – PLD médio do ano, em referência, e Receita Fixa, e deverá ser devolvido a todas as concessionárias, permissionárias ou



autorizadas de serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional – SIN, em doze parcelas no exercício de 2016.

- c) A companhia estará tratando o assunto referente à revisão do cálculo da parcela variável diretamente com a ANEEL.

## NOTA 7 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS – ATIVO

IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	R\$ MIL	
	ATIVO CIRCULANTE	
	31/03/2016	31/12/2015
IRRF sobre aplicações financeiras	-	3.475
IRRF sobre serviços prestados a terceiros	-	430
CSLL retida sobre serviços prestados a terceiros	42	359
COFINS retida sobre serviços prestados a terceiros	-	-
PIS/PASEP retido sobre serviços prestados a terceiros	-	-
Saldo de antecipações de IRPJ	10.057	30.526
Saldo de antecipações de CSLL	4.661	10.732
IRRF sobre serviços prestados Exterior pago a maior	-	-
CIDE sobre serviços prestados Exterior pago a maior	-	-
FGTS a Recuperar	131	131
Créditos fiscais PASEP e COFINS	17.174	17.211
Outros	110	110
<b>TOTAL</b>	<b>32.175</b>	<b>62.974</b>

## NOTA 8 - ESTOQUE DE COMBUSTÍVEL NUCLEAR

O combustível nuclear utilizado nas usinas nucleares Angra 1 e Angra 2 é constituído de elementos fabricados com componentes metálicos e pastilhas de urânio em seu interior.

Na sua etapa inicial de formação, são adquiridos o minério de urânio e os serviços necessários a sua fabricação, e classificados contabilmente no ativo não circulante, nas contas de estoque de concentrado de urânio e serviço em curso - combustível nuclear, respectivamente. Depois de concluído o processo de fabricação, tem-se o elemento de combustível nuclear pronto, cujo valor é classificado em dois grupos contábeis: no ativo circulante, é registrada a parcela relativa à previsão do consumo para os próximos 12 meses e, no não circulante, a parcela restante.

A amortização do combustível nuclear, ocorre pela perda do potencial de energia térmica dos elementos, o que proporciona a geração de energia elétrica. A amortização não é linear, não havendo geração de energia, não há amortização.

COMBUSTÍVEL NUCLEAR		
BALANÇO	R\$ MIL	
	31/12/2015	31/12/2014
Concentrado de urânio	7.723	130.395
Elementos prontos	4.368.822	3.874.783
Serviços em curso	129.479	234.825
Consumo Acumulado	(3.525.146)	(3.238.195)
<b>TOTAL</b>	<b>980.878</b>	<b>1.001.808</b>
Ativo circulante	402.453	340.319
Ativo não circulante	578.425	661.489
<b>TOTAL</b>	<b>980.878</b>	<b>1.001.808</b>

A movimentação dos elementos de combustível nuclear prontos está apresentada a seguir:

MOVIMENTAÇÃO DOS ELEMENTOS PRONTOS				
BALANÇO	R\$ MIL			
	SALDO EM 31/12/2014	ADIÇÕES	BAIXA	SALDO EM 31/12/2015
Ativo circulante	340.319	62.134		402.453
Ativo não circulante	3.534.464	431.905	-	3.966.369
<b>TOTAL BRUTO</b>	<b>3.874.783</b>	<b>494.039</b>	<b>-</b>	<b>4.368.822</b>
Consumo acumulado	(3.238.195)		(286.951)	(3.525.146)
<b>VALOR LÍQUIDO</b>	<b>636.588</b>	<b>494.039</b>	<b>(286.951)</b>	<b>843.676</b>

## NOTA 9 – ALMOXARIFADO

O saldo do almoxarifado é composto por materiais utilizados para consumo, nos montantes de R\$ 73.200 (R\$ 45.158 em 31 de dezembro de 2014) das usinas no curto prazo, assim como, os adiantamentos efetuados a fornecedores para a aquisição dos correspondentes materiais, nos montantes de R\$ 19.913 (R\$ 12.406 em 31 de dezembro de 2014), totalizando R\$ 93.113 (R\$ 57.564 em 31 de dezembro de 2014).

## NOTA 10 – OUTROS ATIVOS

OUTROS ATIVOS	R\$ MIL		R\$ MIL	
	ATIVO CIRCULANTE		ATIVO NÃO CIRCULANTE	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Prêmios de seguros	16.275	4.128	-	-
Partes relacionadas	39.261	14.917	-	-
Contribuições as fundações	-	-	-	-
Antecipação de IPVA e IPTU	-	-	-	-
Adiantamentos a fornecedores	12.462	2.868	-	-
Furnas - Contingência trabalhista	-	-	15.732	15.732
Furnas - Contingência trabalhista atualização	-	-	6.431	6.040
INEPAR - multa contratual	4.141	4.141	-	-
Desativações em curso	2.302	2.296	-	-
Devedores diversos	7.352	4.871	1.289	1.289
<b>TOTAL</b>	<b>81.793</b>	<b>33.221</b>	<b>23.452</b>	<b>23.061</b>

Veja detalhes sobre as transações com partes relacionadas na Nota 32.

## NOTA 11 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS DE LONGO PRAZO - FUNDO PARA O DESCOMISSIONAMENTO

O descomissionamento de usinas nucleares constitui-se de um conjunto de medidas tomadas para retirar de serviço, com segurança, uma instalação nuclear, reduzindo a radioatividade residual a níveis que permitam liberar o local para uso restrito ou irrestrito. Para permitir a inserção na ELETRONUCLEAR dos custos a serem incorridos com o descomissionamento das usinas Angra 1 e 2, foi constituído contabilmente uma obrigação para desmobilização de ativos, com base em estudos técnicos elaborados pela Companhia, conforme Nota 24.

De acordo com a determinação do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE, as atribuições pelas atividades de instituir e viabilizar o fundo, para fazer face ao efetivo descomissionamento das usinas nucleares Angra 1 e 2, ao final da vida útil econômica das referidas usinas, foram atribuídas à Eletrobras.

Em 15 de janeiro de 2008, a Eletrobras fixou as diretrizes para implementação do fundo financeiro, informando a conta corrente para os depósitos, as datas de recolhimentos, bem como os valores das quotas mensais a serem recolhidas no exercício de 2008.

Assim sendo, a ELETRONUCLEAR, em 20 de fevereiro de 2008, iniciou o processo de pagamento à Eletrobras, para o devido recolhimento ao fundo financeiro para o descomissionamento.

Anualmente, a Eletrobras estabelece o montante a ser recolhido ao fundo financeiro do Banco do Brasil para o descomissionamento das Usinas Angra 1 e Angra 2, considerando como base de cálculo, a parcela considerada pela ANEEL, na receita fixa das mencionadas usinas. Para o exercício de 2015, o valor fixado para depósito foi o montante R\$ 9.035.

O mencionado fundo é mantido com o Banco do Brasil, através de um fundo de investimento extra mercado de longo prazo, exclusivo para acumular os recursos destinados a custear as atividades de descomissionamento das usinas Angra 1 e Angra 2. A titularidade deste fundo pertence à Eletrobras, conforme determinado pelo CNPE.

A seguir, demonstramos o detalhamento de carteira do mencionado fundo:

DERIVATIVOS FUNDO DE DESCOMISSIONAMENTO		
DESCRITIVO	R\$ MIL	
	31/12/2015	31/12/2014
Conta-corrente	14	9
Dólar Comercial Futuro	9.686	(7.024)
LTN	336.639	341.894
NTNF	135.772	-
Operações Compromissadas	10.839	-
Outros	(12)	(10)
<b>TOTAL</b>	<b>492.938</b>	<b>334.869</b>

Mensalmente, a Eletrobras informa à ELETRONUCLEAR, os rendimentos financeiros incorridos durante o período sobre as aplicações do fundo, com a devida tributação do imposto de renda na fonte.

Em dezembro de 2015, o fundo apresenta um ganho financeiro de R\$ 154.391 (Nota 29), (R\$ 40.897 em 2014), em função da carteira do Fundo Financeiro do Banco do Brasil para descomissionamento conter título vinculado à variação da moeda dólar norte-americano, sem saldo final representativo, porém com forte movimentação durante o período.

Em 2015 foram aplicados R\$ 26.621 no fundo para descomissionamento.

Abaixo, apresentamos o quadro da composição do fundo para descomissionamento:

FUNDO FINANCEIRO PARA O DESCOMISSIONAMENTO		
DESCRITIVO	R\$ MIL	
	31/12/2015	31/12/2014
Parcelamento quotas de 2005/2006/2007	73.344	58.875
Quotas de 2008 a 2014	182.236	178.150
Total de quotas recolhidas	255.580	237.025
Plano de Recolhimento Adicional - quotas 2005 a2007	3.117	-
Ganhos líquidos auferidos acumulados	234.241	97.844
Patrimônio líquido do fundo	492.938	334.869
Ajuste da carteira de aplicações a realizar	-	7.025
Saldo da Carteira de Aplicativos do Fundo	492.938	341.894

## NOTA 12 – DEPÓSITOS VINCULADOS

### a) Composição

Composição		
Composição	R\$ MIL	
	31/12/2015	31/12/2014
Depósitos judiciais		
Contingências trabalhistas	15.899	13.706
Contingências cíveis	196	124
Contingências tributárias	32.629	37.395
	48.724	51.225
Outros depósitos	125	642
Atualização monetária sobre os depósitos judiciais	10.593	8.339
TOTAL	59.442	60.206

**b) Movimentação**

MOVIMENTAÇÃO DOS DEPÓSITOS VINCULADOS				
Composição	SALDO EM 31/12/2014	31/12/2015		
		BAIXAS	INCLUSÕES	SALDO
Depósitos judiciais	51.225	(9.672)	7.171	48.724
Outros depósitos	642	(655)	138	125
Atualização monetária s/depósitos judiciais	8.339	-	2.254	10.593
TOTAL	60.206	(10.327)	9.563	59.442

**NOTA 13 – ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS SOBRE PREJUÍZOS FISCAIS**

A Companhia possui prejuízo fiscal no montante de R\$ 1.204.994 (R\$ 1.179.936 em 31 de dezembro de 2014) e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 1.423.589 (R\$ 1.398.164 em 31 de dezembro de 2014).

Pela legislação tributária em vigor, o prejuízo fiscal e a base negativa da CSLL são compensáveis com lucros tributáveis futuros, até o limite de 30% do resultado tributável do exercício, sem prazo de prescrição.

A Companhia não reconhece impostos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais e base negativa, por não apresentar um histórico de resultados positivos nos três últimos anos e não ter expectativa de reverter a situação em curto prazo, conforme prevê a Instrução CVM nº 371/2002.

O cálculo da taxa efetiva de imposto de renda e contribuição social, e a composição dos impostos diferidos passivos, encontram-se detalhados na Nota 18.

## NOTA 14 – IMOBILIZADO

Os bens e instalações utilizados na produção são vinculados ao serviço público de energia elétrica, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária, sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador, segundo a legislação federal vigente.

### a) Composição do saldo do imobilizado

DESCRITIVO	% taxa anual de depreciação	IMOBILIZADO			
		31/12/2015			31/12/2014
		Custo	Depreciação e amortização acumuladas	Valor Líquido	Valor Líquido
<b>EM SERVIÇO</b>					
Terrenos		34.447	-	34.447	34.447
Ed.Obras Cívicas Benfeitorias		1.462.476	(754.974)	707.502	740.855
Máquinas e Equipamentos - Inst.Fixas		7.276.737	(3.222.635)	4.054.102	4.561.700
Máquinas e Equipamentos - Equip.Geral		127.390	(74.679)	52.711	53.095
Veículos		11.222	(6.870)	4.352	5.456
Móveis e Utensílios		21.337	(11.043)	10.294	10.853
<b>Angras 1 e 2</b>	<b>3,3</b>	<b>8.933.609</b>	<b>(4.070.201)</b>	<b>4.863.408</b>	<b>5.406.406</b>
<b>EM CURSO</b>					
Ed.Obras Cívicas Benfeitorias		48.422	-	48.422	13.671
Máquinas e Equipamentos - Inst. Fixas		163.836	-	163.836	96.045
Máquinas e Equipamentos - Equip.Geral		3.673	-	3.673	3.452
Veículos		1.827	-	1.827	2.322
Móveis e Utensílios		181	-	181	178
A Ratear		220.849	-	220.849	162.542
Transf/fab e rep/mat em processo		3.002	-	3.002	3.002
Compras em andamento		1.011	-	1.011	896
Adiantamento a fornecedores		149	-	149	891
<b>Angras 1 e 2</b>		<b>442.950</b>	<b>-</b>	<b>442.950</b>	<b>283.001</b>
Terrenos		115	-	115	116
Ed.Obras Cívicas Benfeitorias		1.518.939	-	1.518.939	1.332.745
Máquinas e Equipamentos - Inst. Fixas		809.921	-	809.921	428.443
A Ratear		(2.825.056)	-	(2.825.056)	1.883.212
Compras em andamento		40.142	-	40.142	(1.541)
Adiantamento a fornecedores		2.091.233	-	2.091.233	1.736.887
<b>Angra 3</b>		<b>7.698.749</b>	<b>-</b>	<b>7.698.749</b>	<b>5.912.371</b>
<i>Impairment Angra 3</i>		(6.063.454)	-	(6.063.454)	(1.090.343)
		1.635.295	-	1.635.295	4.822.028
<b>Angras 1, 2 e 3</b>		<b>2.078.245</b>	<b>-</b>	<b>2.078.245</b>	<b>5.105.029</b>
<b>TOTAL BRUTO</b>		<b>11.011.854</b>	<b>(4.070.201)</b>	<b>6.941.653</b>	<b>10.511.435</b>
Obrigações especiais	3,3	(237)	214	(23)	(47)
<b>VALOR LÍQUIDO</b>		<b>11.011.617</b>	<b>(4.069.987)</b>	<b>6.941.630</b>	<b>10.511.388</b>

## b) Movimentação do imobilizado

MOVIMENTAÇÃO DO IMOBILIZADO EM 2015 - R\$ MIL							
DESCRITIVO	SALDO EM 31/12/2014	ADIÇÕES / DEPRECIÇÃO	ENCARGOS FINANCEIROS E RENDIMENTOS CAPITALIZADOS	DEPRECIÇÃO CAPITALIZADA	TRANSF. PARA SERVIÇO	BAIXAS / OUTROS	SALDO EM 31/12/2015
Em curso	6.195.372	1.586.141	370.912	782	(10.903)	(605)	8.141.699
<i>Impairment</i> Angra 3	(1.090.343)	(4.973.111)	-	-	-	-	(6.063.454)
Em serviço: custo	9.124.031	-	-	-	10.903	(201.325)	8.933.609
depreciação	(3.717.625)	(357.455)	-	(782)	-	5.661	(4.070.201)
Total em serviço	5.406.406	(357.455)	-	(782)	10.903	(195.664)	4.863.408
TOTAL BRUTO	10.511.435	(3.744.425)	370.912	-	-	(196.269)	6.941.653
Obrigações especiais	(47)	-	-	-	-	-	(47)
depreciação	-	24	-	-	-	-	24
TOTAL	10.511.388	(3.744.401)	370.912	-	-	(196.269)	6.941.630

MOVIMENTAÇÃO DO IMOBILIZADO EM 2014 - R\$ MIL							
DESCRITIVO	SALDO EM 31/12/2013	ADIÇÕES / DEPRECIÇÃO	ENCARGOS FINANCEIROS E RENDIMENTOS CAPITALIZADOS	DEPRECIÇÃO CAPITALIZADA	TRANSF. PARA SERVIÇO	BAIXAS / OUTROS	SALDO EM 31/12/2014
Em curso	4.312.775	1.767.433	223.712	819	(108.799)	(568)	6.195.372
<i>Impairment</i> Angra 3	(532.509)	(557.834)	-	-	-	-	(1.090.343)
Em serviço: custo	8.852.816	-	-	-	108.799	162.416	9.124.031
depreciação	(3.369.641)	(349.932)	-	(819)	-	2.767	(3.717.625)
Total em serviço	5.483.175	(349.932)	-	(819)	108.799	165.183	5.406.406
TOTAL BRUTO	9.263.441	859.667	223.712	-	-	164.615	10.511.435
Obrigações especiais	(70)	-	-	-	-	-	(70)
depreciação	-	23	-	-	-	-	23
TOTAL	9.263.371	859.690	223.712	-	-	164.615	10.511.388

## c) Valor recuperável dos ativos de longo prazo

A Companhia estimou o valor recuperável de seus ativos de longo prazo com base em valor em uso, tendo em vista não haver mercado ativo para a infraestrutura vinculada à concessão. O valor em uso é avaliado com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

Os valores alocados às premissas representam a avaliação da Administração da Companhia sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas, tanto em fontes externas de informações como dados históricos. O fluxo de caixa foi projetado com base no resultado operacional e projeções da Companhia até o término da concessão.

**c.1)** Crescimento orgânico compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira;



## **c.2) Taxa de desconto**

A taxa de desconto (após os impostos), para as Usinas Angra 1 e 2 - foi utilizada a taxa específica para o segmento de geração de 7,00%, obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado.

Para a Usina Angra 3, em função das características peculiares de financiamento, a taxa de desconto foi calculada considerando a estrutura de capital específica do projeto, o que resultou na taxa de desconto para a base dezembro de 2015, de 5,47% ( 4,51% na base dezembro 2014). Nesses cálculos foram utilizados, além dos parâmetros tradicionais conforme Nota Técnica Eletrobras 096/2015 de 06/11/2015, o beta calculado pela ANEEL, conforme Nota Técnica ANEEL 381/2012, alavancando a estrutura de capital do projeto. A opção do beta utilizado pela ANEEL consiste no fato de que nenhuma empresa de geração de energia elétrica com capital aberto no Brasil possui ativos de geração de energia nuclear, ao contrário da amostra de empresas utilizada no cálculo do beta pela ANEEL, que considera empresas americanas com o mínimo de duas plantas nucleares de geração de energia.

## **c.3 ) Registro do *Impairment***

Os eventos e as circunstâncias que levaram ao reconhecimento da perda por desvalorização do ativo foram:

Durante o exercício de 2015, o empreendimento sofreu alteração cronológica na expectativa de sua conclusão, sendo a nova previsão de data de entrada em operação para 01 de janeiro de 2021, conforme Relatório de Acompanhamento das Centrais Geradoras Termelétricas da ANEEL, de fevereiro de 2016. Em dezembro de 2014, a previsão de data de entrada em operação da usina era 31 de dezembro de 2018; e em setembro de 2015, a data era 19 de maio de 2019.

Nesse mesmo período, o orçamento total do projeto foi atualizado para a base dezembro de 2015, de modo a refletir o impacto das fortes oscilações nos índices inflacionários e cambiais, além da reprogramação de atividades devido o novo cronograma da obra. Essa alteração foi aprovada em reunião da Diretoria Executiva, conforme RDE 1261274.012/2016 de 26/01/2016.

Esse novo orçamento total base dezembro de 2015, de R\$ 20.579,8 milhões superou o de dezembro de 2014, de R\$ 17.170,5 milhões em R\$ 3.409,3 milhões, correspondente a um aumento de 19,8%. Em setembro de 2015, o orçamento total do empreendimento estava estimado em R\$ 149.801,1 milhões.

A taxa de desconto foi calculada pela metodologia WACC (*Weighted Average Cost of Capital* ou Custo Médio Ponderado de Capital), considerando os parâmetros tradicionais e usualmente utilizados no mercado.

Em função da realização do teste de *impairment* no período, houve uma revisão na taxa de desconto, com elevação de 0,96%, passando de 4,51% (31 de dezembro de 2014) para 5,47% (30 de setembro de 2015). Essa taxa foi mantida para o teste de *impairment*

de 31 de dezembro de 2015. Os principais fatores que corroboraram para este aumento foram:

- Atualização do beta: para o cálculo do beta, foi considerada a ponderação dos betas das empresas comparáveis utilizadas na Nota Técnica ANEEL 381/2012, atualizada para a data de 30 de setembro de 2015 e realavancado pela estrutura de capital do projeto. A adoção deste cálculo para o beta, consiste no fato de que nenhuma empresa de geração de energia elétrica, com capital aberto no Brasil possui ativos de geração de energia nuclear, ao contrário da amostra de empresas utilizada no cálculo do beta pela ANEEL, que considera empresas americanas com o mínimo de duas plantas nucleares de geração de energia.
- Consideração de um risco adicional (alfa) relacionado a execução do projeto.
- 

A Metodologia aplicada, no teste de *impairment*, do empreendimento Angra 3, considera como ativo a recuperar, referente aos custos já realizados até a data do teste, 30 de setembro de 2015, comparado com um fluxo de caixa operacional da usina descontado, estendido até o término da vida útil econômica da usina de 40 anos após a entrada em operação.

Os custos a realizar até o término da construção, prevista para 01 de janeiro de 2021, foram adicionados ao fluxo de caixa do empreendimento como “CAPEX” durante os períodos de anos de realização de janeiro de 2016 a dezembro de 2020. A partir daí, o fluxo de caixa segue com a projeção de resultado do empreendimento até abril de 2060

Foi desenvolvido um fluxo de caixa, a partir dos valores do resultado projetados para dezembro de 2021, a preços de dezembro de 2015, pelo período de vida útil econômica da usina em análise. O prazo estimado é de 40 anos, por sua semelhança a Usina Angra 2, que dispõe de licença de operação nesse prazo. Esse prazo é bastante conservador perante a expectativa conhecida de vida operacional desse tipo de instalação.

Os valores anuais obtidos no fluxo de caixa descontado foram acumulados, ano a ano, para serem comparados com o saldo do Ativo Imobilizado recuperável, representado pelo custo contábil realizado até 31 de dezembro de 2015.

A análise elaborada pela Companhia determinou a necessidade de constituição de provisão para redução do valor recuperável *impairment*, na Usina Angra 3, no montante de R\$ 1.587,6 milhões em dezembro de 2015, totalizando no exercício de 2015 uma provisão total de R\$ 4.475,9 milhões (R\$ 557 milhões no exercício de 2014), provocando uma redução do Ativo Imobilizado correspondente, tendo como contrapartida o registro na conta de despesas operacionais em 31 de dezembro de 2015. O valor acumulado de *impairment* no ativo imobilizado é R\$ 6.063,5 milhões ( R\$ 1.090,3 em dezembro de 2014).

A Companhia continua monitorando as estimativas e os riscos associados na determinação do valor recuperável desse empreendimento e, na medida que novas negociações, novos estudos ou novas informações se concretizem e requeiram modificações no plano de negócio dos empreendimento, as mesmas serão atualizadas para refletir tais alterações.

#### **c.4) Tarifa**

A receita calculada para o teste de *impairment* de dezembro de 2015, teve base na tarifa contratual de 2009, R\$ 148,65 / MWh, devidamente ajustada pelos índices estabelecidos contratualmente. Esse procedimento é o mesmo padrão que vem sendo utilizado desde o início dessa avaliação. Em setembro de 2015, a tarifa ajustada representa R\$ 223,84/MWh.

A tarifa a ser praticada pela Usina Angra 3 foi instituída quando da assinatura do fornecimento da energia da usina em 2009, e foi regulamentada através da Portaria MME 980/2010, com o valor original de R\$ 148,65/MWh.

A base utilizada na ocasião para o cálculo dessa tarifa, não teve equivalência com o custo do serviço da usina, assim como, também, não foi compatível com a média praticada nos leilões de térmicas da ocasião, e, portanto, encontra-se em um patamar distinto e inferior ao seu seguimento.

A ELETRONUCLEAR vem realizando gestões junto ao MME e ANEEL, no sentido de obter a revisão dessa tarifa aos valores adequados e a tornar o empreendimento com retorno assegurado, podendo reduzir ou até anular o *impairment* hoje registrado com efeitos positivos nos resultados futuros.

#### **c.5) Sinergia**

As Usinas Angra 2 e Angra 3 são oriundas de projetos similares e, por isso, tem sido utilizado o parâmetro de custos de Angra 2 em Angra 3. Ocorre que, existirá um ganho de custo/produtividade na entrada de Angra 3 por não haver necessidade de duplicar todas as atividades geradoras de custo, pois áreas comuns estarão atendendo as duas usinas.

A sinergia apurada para o projeto, considerando estudos internos, baseados na utilização da mão de obra da Companhia, apontou para um patamar de cerca de 24,5%, conforme Nota Técnica SF.A 022/2016; sendo esse percentual utilizado para estimativa do custo operacional PMSO, da Usina Angra 3, no teste de *impairment* de dezembro de 2015.

#### **d) Licenciamento das usinas Angra 1 e 2**

As usinas nucleares são submetidas a dois processos de licenciamento: Licenciamento Ambiental, de competência do IBAMA e Licenciamento Nuclear, conduzido pela Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN).

Atualmente, a Usina Angra 1 possui a Autorização para Operação Permanente (AOP), emitida pela CNEN, em 1994 e renovada por 14 anos, pelo Ofício CNEN n° 124/2010 – CGRC/CNEN, de 09/08/2010 e a Usina Angra 2 possui a Autorização para Operação Permanente (AOP), concedida pela Resolução CNEN n.º 106/2011, válida por 30 anos a partir de 15/06/2011.

Em 12 de março de 2014, o IBAMA emitiu a Licença de Operação nº 1217/2014 autorizando a operação das Usinas Angra 1 e 2, válida por 10 anos.

### **e) Interpretação Técnica ICPC 12 – Mudanças em Passivos**

A Interpretação Técnica ICPC 12 - Mudanças em passivos, aprovada pela Deliberação CVM 621, de 22 de dezembro de 2009, determina que a alteração de taxa de desconto aplicada em passivo de desativação deve refletir como atualização do ajuste a valor presente desse passivo, devendo tal alteração ser adicionada ao ativo correspondente.

A taxa de desconto atual para ajuste a valor presente é de 7,00% ao ano, estabelecida para aplicação por todas as Empresas do Sistema Eletrobras.

### **f) Pronunciamento Técnico CPC 27 – Sobressalentes no Imobilizado**

A Companhia mantém em seu estoque uma gama de material de valor compatível às necessidades específicas de cada uma de suas usinas, devido às características próprias e individuais dos projetos. Trata-se de componentes e respectivos sobressalentes de fabricação restrita, de disponibilidade reduzida e, na sua quase totalidade, adquirida do exterior, necessários de modo a garantir a performance e fluxo contínuo de operação.

### **g) Empreendimento Angra 3**

O planejamento original para a construção da Usina Nuclear Angra 3 previa que a planta seria implementada com base em um Cronograma Executivo de 66 meses\*. Tal premissa fundamental era alicerçada na experiência da ELETRONUCLEAR com a construção de Angra 2, excluídos os períodos nos quais suas atividades estiveram paralisadas, bem como, com os programas de implantação das usinas nucleares mais recentemente construídas na Alemanha. O início desse prazo foi caracterizado pelo início da execução dos serviços de concretagem do edifício do reator, ocorrido em 01 de setembro de 2010. A viabilização desse prazo contemplava diversas premissas, algumas das quais ainda não concretizadas e, adicionalmente, não se anteviam grandes dificuldades de natureza externa que impactassem sobremaneira o desenvolvimento das obras.

Diante desse quadro de incertezas, em setembro de 2012, a ELETRONUCLEAR comunicou à sua empresa controladora - Eletrobras que, com base em avaliações ainda preliminares, o empreendimento Angra 3 apresentava atrasos irrecuperáveis da ordem de 7 meses\*, o que postergaria o início de operação comercial da usina, de 01 de dezembro de 2015 para 01 de julho de 2016.

Com base em análises detalhadas das diversas etapas que compõem o cronograma executivo, a ELETRONUCLEAR informou a sua controladora que o término da implantação de Angra 3 está previsto para 15 de dezembro de 2020.

*\*Informação não revisada por auditoria independente*

Dentre os motivos externos que mais vêm impactando o cronograma do empreendimento, destacam-se:

- Dificuldades para a efetivação de um novo arranjo financeiro em aditamento no contrato da Caixa Econômica Federal (CEF), para suportar a aquisição de bens e serviços nacionais;
- O término das gestões junto à AREVA, visando buscar a redução dos prazos de fornecimento de equipamentos e sistemas importados, mormente aqueles associados à entrega da instrumentação e controle digital;
- Alteração cronológica na expectativa de conclusão do empreendimento Angra 3, decorrente da suspensão temporária de contratos por 90 dias, extensiva até 120 dias. Com essa reprogramação, a nova data de entrada em operação passou para 15 de dezembro de 2020, com sincronização prevista para 31 de dezembro de 2018.

Em 11 de março de 2014, o IBAMA emitiu a Licença de Instalação nº 591/2009 – 2º retificação, para a Usina de Angra 3, válida por 6 anos.

## NOTA 15 – INTANGÍVEL

O ativo intangível da Companhia compõe-se, basicamente: da aquisição de licença de uso do *software* do seu sistema corporativo central, denominado SAP R/3, e a de outros softwares aplicativos de uso específico e geral de valores substanciais, estando os mesmos registrados pelo custo de aquisição.

A movimentação do ativo intangível está assim constituída:

MOVIMENTAÇÃO DO INTANGÍVEL EM 2015 - R\$ MIL							
DESCRIPTIVO	SALDO 31/12/2014	ADIÇÃO	TRANSF P/SERVIÇO	AMORTIZAÇÃO	AMORTIZAÇÃO CAPITALIZADA	OUTROS	SALDO 31/12/2015
Em curso	23.755	12.683	(1.773)	-	199	-	34.864
Em serviço - custo	100.425	-	1.773	-	-	-	102.198
amortização	(66.041)	-	-	(10.550)	(199)	-	(76.790)
Total em serviço	34.384	-	1.773	(10.550)	(199)	-	25.408
TOTAL LÍQUIDO	58.139	12.683	-	(10.550)	-	-	60.272

MOVIMENTAÇÃO DO INTANGÍVEL EM 2014 - R\$ MIL							
DESCRIPTIVO	SALDO 31/12/2013	ADIÇÃO	TRANSF P/SERVIÇO	AMORTIZAÇÃO	AMORTIZAÇÃO CAPITALIZADA	OUTROS	SALDO 31/12/2014
Em curso	20.631	20.326	(17.355)	-	153	-	23.755
Em serviço - custo	83.070	-	17.355	-	-	-	100.425
amortização	(55.357)	-	-	(10.531)	(153)	-	(66.041)
Total em serviço	27.713	-	17.355	(10.531)	(153)	-	34.384
TOTAL LÍQUIDO	48.344	20.326	-	(10.531)	-	-	58.139

## NOTA 16 – FORNECEDORES

- a) O saldo de fornecedores está composto de contas a pagar a empresas que fornecem materiais para o estoque do almoxarifado da operação, concentrado de urânio e serviços para o estoque de combustível nuclear e, para aplicação direta no investimento e nas atividades estruturais da ELETRONUCLEAR.
- b) Também está composta nessa rubrica, a provisão do valor de R\$ 180.594 (R\$ 154.091 em 31 de dezembro de 2014), a ser pago à FURNAS. Essa provisão, entendida como devolução líquida à FURNAS de faturamento a maior, decorre do seguinte:
  - 1) Diferença a favor de FURNAS entre as tarifas provisórias, que deram base ao faturamento da ELETRONUCLEAR de 2010, 2011 e 2012, e as tarifas definitivas recentemente, divulgadas pela Resolução Homologatória nº 1.585, de 13 de agosto de 2013, a crédito desta rubrica, no valor de R\$ 211.060;

- 2) Complemento de faturamento realizado pela ELETRONUCLEAR no período de 2005 a 2012, a débito desta rubrica, referente às diferenças das perdas na transmissão no valor de R\$ 73.468;
  - 3) Atualização monetária de R\$ 10.617 e juros de R\$ 5.882 a crédito desta rubrica no resultado de 2014;
  - 4) Atualização monetária de R\$ 16.547 e juros de R\$ 9.955 a crédito desta rubrica no resultado de 2015.
- c) A variação cambial destacada refere-se à atualização das faturas em moedas estrangeiras processadas desde seus registros até a data do balanço.

Abaixo, quadro com a composição da dívida com fornecedores:

FORNECEDORES EM 31/12/2015				
BALANÇO	R\$ MIL			
	Faturas processadas	Variação cambial	Provisões	TOTAL
<u>Circulante</u>				
Furnas - devolução de tarifa	-	-	60.198	60.198
Fornecedores - nacional	384.123	-	89.280	473.403
Fornecedores - exterior	107.740	22.152	101.746	231.638
TOTAL CIRCULANTE	491.863	22.152	251.224	765.239
<u>Não Circulante</u>				
Furnas - devolução de tarifa	-	-	120.396	120.396
TOTAL NÃO CIRCULANTE	-	-	120.396	120.396
TOTAL EM 31/12/2015	491.863	22.152	371.620	885.635

FORNECEDORES EM 31/12/2014				
BALANÇO	R\$ MIL			
	Faturas processadas	Variação cambial	Provisões	TOTAL
<u>Circulante</u>				
Furnas - devolução de tarifa	-	-	51.364	51.364
Fornecedores - nacional	42.502	-	343.878	386.380
Fornecedores - exterior	19.629	4.666	(5.643)	18.652
TOTAL CIRCULANTE	62.131	4.666	389.599	456.396
<u>Não Circulante</u>				
Furnas - devolução de tarifa	-	-	102.727	102.727
TOTAL NÃO CIRCULANTE	-	-	102.727	102.727
TOTAL EM 31/12/2014	62.131	4.666	492.326	559.123

## **NOTA 17 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

As principais informações a respeito dos empréstimos e financiamentos são:

### **Aplicações nas Usinas Angra 1 e Angra 2**

Tratam-se de financiamentos captados com a Eletrobras para diversas etapas de melhoramentos da Usina Angra 2, para a troca dos geradores de vapor, da tampa do vaso de pressão do reator da Usina Angra 1 e para o capital de giro da companhia.

Em 22 de dezembro de 2015, houve o ingresso do montante de R\$ 150.000, referente a um novo contrato de repasse com a Eletrobras para cobertura de despesas com o Plano de Incentivo ao Desligamento - PID, nos termos da Resolução 653/2016, de 1º de Dezembro de 2015. O contrato possui prazo de carência de 60 dias, a partir da liberação dos recursos e será amortizado em 18 (dezoito) parcelas mensais, iguais e sucessivas a partir de 30 de Março de 2016.

Em garantia dos compromissos assumidos com a Eletrobras, a ELETRONUCLEAR vinculou sua receita própria, oriunda das usinas Angra 1 e Angra 2, aos débitos previstos nos financiamentos. Tal vinculação está suportada por procurações outorgadas por instrumento público, para que, em caso de inadimplência, possa receber diretamente os valores em atraso.

### **Aplicações na Usina Angra 3**

Em 24 de janeiro de 2011, foi assinado o contrato de financiamento nº ECF-2878/2010 entre a Companhia e a Eletrobras, com interveniência do Banco do Brasil, com abertura de recursos da Reserva Global de Reversão – RGR, na ordem de R\$ 890.000, para retomada do empreendimento de implementação da usina nuclear Angra 3.

Em 23 de fevereiro de 2011, foi assinado o contrato de financiamento nº 10.2.2032.1 entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e a ELETRONUCLEAR, com interveniência da Eletrobras, com abertura de um crédito de R\$ 6.14 bilhões, destinados à implantação da usina Angra 3.

Em garantia dos compromissos assumidos com o contrato do BNDES acima, a ELETRONUCLEAR constituiu uma Cessão Fiduciária em favor do BNDES, em caráter irrevogável e irretratável, até o final da liquidação de todas as obrigações deste contrato, decorrentes da venda de energia produzida pela Usina de Angra 3.



A ELETRONUCLEAR deve apresentar ao BNDES, trimestralmente, Relatório Gerencial sobre a evolução física e financeira do projeto de Angra 3, assim como o Relatório sobre o andamento dos Programas Ambientais do empreendimento. Outras obrigações da empresa incluem: a permissão de ampla inspeção das obras do projeto por parte de representantes do BNDES; a comunicação ao banco de fomento de qualquer ocorrência que acarrete a alteração do Quadro de Usos e Fontes do projeto; não conceder preferência a outros créditos sem a anuência do BNDES; apresentar até 30 de abril de cada ano as demonstrações financeiras consolidadas e auditadas por empresa registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Em 28 de junho 2013, foi assinado o contrato nº 0410.351-27/2013 entre a ELETRONUCLEAR e a Caixa Econômica Federal (contrato principal), no montante de R\$ 3.800.000, para financiamento de parte dos empreendimentos de Angra 3, referente à importação de equipamentos e serviços. O prazo do contrato é de 25 anos, a partir da data de assinatura, com a taxa de juros de 6,5% a.a. De acordo com a cláusula 3ª – Liberação de Recursos, a realização fica condicionada ao prévio adimplemento de diversas condições estipuladas nesse contrato, dentre as quais consta a celebração do contrato de Garantia Fidejussória da União e do contrato em Contragarantia da ELETRONUCLEAR.

Como tais exigências não foram preenchidas no período programado, e como havia uma grande quantidade de faturas de equipamentos e serviços já vencidas, e também depois de diversas tratativas entre as partes, optou-se pela assinatura de um subcontrato em 30/09/2013, denominado Empréstimo-Ponte nº 0418.626-06/2013, com garantia da Eletrobras, no valor de R\$ 1 bilhão, com a taxa de juros de 6,7% a.a. capitalizados e incorporados ao saldo devedor. Tal contrato já está assinado e registrado em cartório. Todos os saques previstos foram realizados e em 27 de julho de 2015 foi efetuada a quitação final do referido contrato.

Com o contrato de garantia assinado pela União, em 17 de julho de 2015, o contrato principal de R\$ 3.800.000, firmado com a Caixa Econômica Federal – CEF, em 28 de junho de 2013 entrou em vigor em conformidade com o estipulado na Cláusula Vigésima Sexta – Eficácia.

No dia 27 de julho de 2015, foi efetuado o nosso primeiro pedido de desembolso à CEF, no valor de R\$ 1.983.570, dos quais foram deduzidos o valor do Empréstimo-Ponte de R\$ 1.078.003, incluindo os juros em curso de R\$ 5.390 calculados, até o dia 27 de julho de 2015. O saldo remanescente de R\$ 905.566 foi utilizado para pagar diversas faturas de importação de serviços e equipamentos, até então pendentes de pagamento.

Como consequência, em 27 de julho de 2015, fizemos o lançamento contábil da quitação do novo saldo devedor da conta de curto prazo (R\$ 1.078.003), e contabilizamos o valor do primeiro desembolso do contrato principal (R\$ 1.983.570) na conta de longo prazo.

Não houve liberação de recursos de nenhuma linha de financiamento para o empreendimento de Angra 3 no último trimestre de 2015.

**a) Quadro dos financiamentos e empréstimos**

DESCRIÇÃO	31/12/2015					31/12/2014				
	R\$ MIL					R\$ MIL				
	JUROS	PRINCIPAL		TOTAL	TX. EFETIVA	JUROS	PRINCIPAL		TOTAL	TX. EFETIVA
CIRCULANTE		NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
<b>ANGRAS 1 e 2:</b>										
ELETOBRAS	-	47.472	335.512	382.984	7,00%	-	56.843	382.792	439.635	7,00%
ELETOBRAS - PSPE*	539	89.570	210.113	300.222	15,66%	-	-	149.683	149.683	12,82%
ELETOBRAS - PLR	-	11.560	-	11.560	15,66%	-	-	-	-	-
<b>ANGRA 3:</b>										
ELETOBRAS	-	-	594.250	594.250	5,50%	-	-	594.250	594.250	5,50%
ELETOBRAS	-	12.323	283.427	295.750	15,66%	-	-	295.750	295.750	12,82%
BNDES	9.912	36.665	3.157.397	3.203.974	8,72%	7.164	-	2.622.387	2.629.551	6,72%
CEF	9.164	-	2.030.191	2.039.355	6,50%	5.760	1.031.613	-	1.037.373	6,70%
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>19.615</b>	<b>197.590</b>	<b>6.610.890</b>	<b>6.828.095</b>		<b>12.924</b>	<b>1.088.456</b>	<b>4.044.862</b>	<b>5.146.242</b>	

\* É composto pelo empréstimo realizado em 2014 - R\$ 149.683 e em 2015 - R\$ 150.539, totalizando R\$ 300.222.

**b) Quadro das mutações dos financiamentos e empréstimos**

MUTAÇÕES DOS FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS	EM R\$ MIL		
	MOEDA NACIONAL		TOTAL
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.101.380	4.044.862	5.146.242
Ingressos	11.560	2.478.570	2.490.130
Encargos - resultado	55.780	-	55.780
Encargos - investimento	392.290	-	392.290
Variação Monetária - resultado	170	11.132	11.302
Transferência para o circulante	185.772	(185.772)	-
Incorporação de encargos ao principal	(262.098)	262.098	-
Pagamentos	(1.267.649)	-	(1.267.649)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	217.205	6.610.890	6.828.095

**c) Dívida total com seus vencimentos programados**

FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS POR VENCIMENTOS		
ANO	R\$ MIL	
	31/12/2015	31/12/2014
2016	217.013	99.894
2017	252.616	180.176
2018	248.753	212.595
2019	290.213	220.627
2020	301.320	226.742
2021	313.242	233.268
2022	307.479	230.312
Após 2022	4.897.459	2.641.440
<b>TOTAIS</b>	<b>6.828.095</b>	<b>4.045.054</b>

## NOTA 18 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - PASSIVO

A seguir, a composição das obrigações com tributos e contribuições sociais que se apresentam consignados no passivo circulante, e que compõem as obrigações correntes, na sua totalidade, a vencer e sem registro de qualquer inadimplência, e os passivos fiscais diferidos.

IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	R\$ MIL	
	31/12/2015	31/12/2014
	CIRCULANTE	CIRCULANTE
PASEP e COFINS - Diferidos	3.347	3.347
PASEP e COFINS	14.467	12.713
PASEP e COFINS - Provisão	(14.499)	(14.499)
Taxas de importação	19.054	2.737
COSIRF	4.815	4.099
CIDE s/serviços no exterior	(122)	6.949
IRRF - Folha de pagamento	18.166	15.386
INSS	12.374	11.539
FGTS	4.182	4.073
ISS sobre importação e outros	3.819	4.287
Outros	10.289	792
<b>TOTAL</b>	<b>75.892</b>	<b>51.423</b>

A companhia constitui IRPJ e CSLL Diferidos sobre outros resultados abrangentes, ajustes relativos à adoção da Lei nº11.638, bem como sobre diferenças temporárias que, em dezembro de 2015, geraram uma posição líquida ativa de IRPJ e CSLL Diferidos no montante total de R\$ 2.381.194 (R\$ 482.618 em 2014), contabilizados no Ativo Não Circulante. Todavia, em respeito ao estabelecido pelo CPC 32, foram registradas contas retificadoras, no mesmo montante, também no Ativo Não Circulante, de forma que o citado

DESCRIÇÃO	PASSIVO FISCAL DIFERIDO - R\$ MIL							
	31/12/2015				31/12/2014			
	PASSIVO NÃO CIRCULANTE				PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
	VALOR BASE	Contrib. Social	Imposto de Renda	TOTAL	VALOR BASE	Contrib. Social	Imposto de Renda	TOTAL
Ajuste a v presente descomissionamento	591.429	53.229	147.857	201.086	673.305	60.597	168.326	228.924
Provisão para participações de empregados	(60.866)	(5.478)	(15.217)	(20.694)	(51.149)	(4.603)	(12.787)	(17.391)
Corr.monetária imobilizado 1995 a 1997	172.362	15.513	43.091	58.603	183.739	16.537	45.935	62.471
Imobilizado do descomissionamento-AVP	(25.337)	(2.280)	(6.334)	(8.615)	(24.324)	(2.189)	(6.081)	(8.270)
Imobilizado do descomissionamento-Custo	(11.876)	(1.069)	(2.969)	(4.038)	1.775	160	444	604
Outros ajustes CPC	(233.554)	(21.020)	(58.389)	(79.408)	(158.196)	(14.238)	(39.549)	(53.787)
Baixa despesas administrativas	(204.351)	(18.392)	(51.088)	(69.479)	(215.098)	(19.359)	(53.775)	(73.133)
Impairment	(6.063.454)	(545.711)	(1.515.864)	(2.061.574)	(557.834)	(50.205)	(139.459)	(189.664)
Ajuste CPC - Baixa de Angra 3	(689.197)	(62.028)	(172.299)	(234.327)	(689.197)	(62.028)	(172.299)	(234.327)
Transfer.de estoque para o Imobilizado	(93.902)	(8.451)	(23.476)	(31.927)	(71.399)	(6.426)	(17.850)	(24.276)
Receita financ.capitalizada no Imobilizado	(77.585)	(6.983)	(19.396)	(26.379)	(56.207)	(5.059)	(14.052)	(19.110)
Provisão para benefícios pós emprego	18.035	1.623	4.509	6.132	62.975	5.668	15.744	21.412
Provisão para devedores duvidosos	(97.097)	(8.739)	(24.274)	(33.013)	(97.054)	(8.735)	(24.264)	(32.998)
Provisão p/atualização depósitos judiciais	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para contingências judiciais	(169.543)	(15.259)	(42.386)	(57.645)	(148.314)	(13.348)	(37.079)	(50.427)
Provisão para desvalorização de títulos	(1.532)	(138)	(383)	(521)	(1.532)	(138)	(383)	(521)
Provisão para Plano de Incentivo - PSPE	(48.449)	(4.360)	(12.112)	(16.473)	(219.299)	(19.737)	(54.825)	(74.562)
Subtotal	(6.994.917)	(629.543)	(1.748.729)	(2.378.272)	(1.367.809)	(123.103)	(341.952)	(465.056)
Compensação com prejuízos fiscais de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL</b>	<b>(6.994.917)</b>	<b>(629.543)</b>	<b>(1.748.729)</b>	<b>(2.378.272)</b>	<b>(1.367.809)</b>	<b>(123.103)</b>	<b>(341.952)</b>	<b>(465.056)</b>
(-)Ativo Diferido	6.994.917	629.543	1.748.729	2.378.272	1.367.809	123.103	341.952	465.055
Outros resultados abrangentes	52.013	4.681	13.003	17.684	51.654	4.649	12.914	17.562
(-) Outros resultados abrangentes	(52.013)	(4.681)	(13.003)	(17.684)	(51.654)	(4.649)	(12.914)	(17.562)
<b>TOTAL</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

No dia 14 de Maio de 2014, a Medida Provisória (MP) nº 627 veio a ser convertida na atual Lei nº 12.973/14, a qual revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77, que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) definição do tratamento específico sobre tributação de lucros ou dividendos; (iii) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

As disposições previstas na Lei nº 12.973/14 têm vigência a partir de 1º de Janeiro de 2015, sendo facultada aos contribuintes a opção pela antecipação de seus efeitos para 1º de janeiro de 2014.

A administração optou pela não adoção da antecipação prevista na referida legislação, tendo em vista que não havia identificado nenhum benefício para a Companhia.

## NOTA 19 – OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

OBRIGAÇÕES ESTIMADAS		
Composição	R\$ MIL	
	31/12/2015	31/12/2014
Provisão IR e CSLL sobre lucro real	-	18.791
Provisão de férias e gratificação de férias	42.549	48.544
Encargos sociais sobre provisão de férias	24.389	25.893
Provisão de 13º salário	19	(10)
TOTAL	66.957	93.218

## NOTA 20 – ENCARGOS SETORIAIS

ENCARGOS SETORIAIS		
Composição	R\$ MIL	
	31/12/2015	31/12/2014
RGR	(254)	31.042
Taxa de fiscalização da ANEEL	635	607
TOTAL	381	31.649

## NOTA 21 – BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A ELETRONUCLEAR é uma das patrocinadoras da REAL GRANDEZA – Fundação de Previdência e Assistência Social e do NUCLEOS – Instituto de Seguridade Social, entidades fechadas sem fins lucrativos, que tem por finalidade complementar benefícios previdenciários de seus participantes.

## **I) FUNDAÇÃO REAL GRANDEZA**

A REAL GRANDEZA – Fundação de Previdência e Assistência Social tem como suas Patrocinadoras a Eletrobras Termonuclear S.A. – ELETRONUCLEAR, FURNAS Centrais Elétricas S.A. e a REAL GRANDEZA – Fundação de Previdência e Assistência Social.

Atualmente, a REAL GRANDEZA administra dois planos de benefícios: um na modalidade de Benefícios Definido – BD e outro, na modalidade de Contribuição Definida – CD e em ambos o regime atuarial de financiamento é o de capitalização. A ELETRONUCLEAR só tem participação no Plano BD.

Segundo as disposições do Regulamento do Plano BD, a contribuição normal da ELETRONUCLEAR é composta de uma parcela mensal equivalente a dos participantes ativos, que é de: 1,5% sobre a parcela dos salários até ½ teto de contribuição da Previdência Social; 3% sobre a parcela dos salários de ½ teto até 1 teto de contribuição da Previdência Social e 9% sobre a parcela dos salários acima de 1 teto de contribuição da Previdência Social.

A ELETRONUCLEAR apropriou no exercício o valor de R\$ 4.478 (R\$ 3.988 - 31 de dezembro de 2014) para cobertura das despesas administrativas do Plano BD.

Ao encerramento do exercício, a ELETRONUCLEAR não apresentava débitos previdenciários vencidos com a REAL GRANDEZA.

## **II) NUCLEOS**

O NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social tem como suas Patrocinadoras: Eletrobras Termonuclear S.A. - ELETRONUCLEAR; Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB; Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP e NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social.

O atual plano de benefícios do NUCLEOS é do tipo Benefício Definido – Plano BD e o seu regime atuarial de financiamento é o de capitalização individual.

Segundo as disposições contidas no Plano Básico de Benefícios, o custeio da entidade, reavaliado anualmente, aponta que a ELETRONUCLEAR deverá contribuir mensalmente com uma parcela equivalente à aplicação de uma taxa de 10,62% sobre a folha salarial de empregados participantes do NUCLEOS, sendo 8,36% correspondente ao custo normal e 2,26% para a cobertura da Provisão Matemática a Constituir - Serviço Passado. Mensalmente, é realizada a Paridade Contributiva, sendo efetuado o encontro de contas entre as contribuições patronais e dos participantes do Plano Básico de Benefícios – PBB.

Considerando que o parágrafo 3º, do artigo 202, da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, dispõe que é vedado o aporte de recursos à entidade de previdência privada por sociedades de economia mista e outras entidades públicas, salvo na qualidade de patrocinador, situação na qual, em hipótese alguma, sua contribuição

normal poderá exceder a do participante.

Considerando, ainda, que os participantes do NUCLEOS contribuem para a entidade com uma parcela mensal equivalente, em média, à aplicação de uma taxa de 3,92% da mesma folha, conclui-se que a relação entre as taxas de contribuição normal da Patrocinadora e dos participantes atendem à determinação legal contida no parágrafo anterior.

A contribuição de 4,33%, vertida pela ELETRONUCLEAR ao NUCLEOS, para a cobertura da Provisão Matemática a Constituir - Serviço Passado é referente ao pagamento de 240 prestações mensais, a partir de dezembro de 2000 até junho de 2020, com incidência inclusive sobre o 13º salário de cada ano, para cobertura de compromissos especiais em função da Reserva de Tempo Anterior.

Ao encerramento do exercício, a ELETRONUCLEAR não apresentava débitos vencidos com o NUCLEOS.

Os ativos dos planos BD são mantidos separadamente daqueles da Companhia e são contabilizados e controlados pela REAL GRANDEZA e NUCLEOS.

Os registros contábeis e as notas explicativas, decorrentes dos cálculos atuariais, foram consignados com base no laudo atuarial emitido por atuário independente.

O perfil populacional dos participantes dos Planos BD está abaixo demonstrado:

DADOS POPULACIONAIS	2015		2014	
	Real Grandeza	Nucleos	Real Grandeza	Nucleos
1. Participantes ativos				
1.1. Participantes - nº	491	1.489	707	1.616
1.2. Idade Média	54,13	44,19	55,67	44,95
1.3 Salário Médio em R\$	13.664,02	9.617,36	12.056,05	8.844,16
2. Aposentados				
2.1. Participantes Aposentados - nº	537	287	345	179
2.2. Idade Média	63,30	66,55	63,77	68,54
2.3. Benefício Médio em R\$	8.590,22	6.931,19	7.000,67	5.752,87
3. Pensionistas				
3.1. Participantes Pensionistas - nº	68	87	59	70
3.2. Benefício Médio em R\$	2.310,15	4.053,75	2.047,84	2.725,08
População Total	1.096	1.863	1.111	1.865

## **a) Termos de compromissos**

### **a.1) Contrato de reserva a amortizar**

Em 13 de outubro de 2003, a REAL GRANDEZA firmou com a ELETRONUCLEAR o denominado Contrato da Reserva a Amortizar, correspondendo às parcelas de déficit de

responsabilidade da mesma, referentes ao atendimento à EC nº 20/98, no montante de R\$ 32.775, referidos a novembro de 2001. Este montante foi corrigido com base no fator de atualização do plano BD, isto é, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC/IBGE), e acrescido de juros de 6% ao ano, a ser pago em 144 parcelas mensais e sucessivas, a partir de janeiro de 2004. Em virtude da data de vencimento de cada parcela ser o dia 1º de cada mês, o índice utilizado para atualização da mesma é defasado em um mês. Desta forma, cada parcela de pagamento é composta do principal, do juros do período e da diferença de prestação referente à esta defasagem dos índices de inflação.

Em 1º de dezembro de 2015, foi paga a 144ª parcela com a quitação do principal da Dívida relativa à Reserva a Amortizar, permanecendo um saldo oriundo da defasagem de um mês do INPC.

O saldo dessa obrigação, em 31 de dezembro de 2014, monta R\$ 10 (R\$ 9.658 - 31 de dezembro de 2014), totalmente classificado no passivo circulante.

### **a.2) Contrato de pactuação de obrigação**

Em 07 de fevereiro de 2013, a REAL GRANDEZA firmou com a ELETRONUCLEAR o contrato de pactuação de obrigação, com respectivo parcelamento de pagamento, relativo às contribuições amortizantes destinadas ao plano de benefício definido da REAL GRANDEZA. O montante da dívida foi corrigido nos termos contratuais da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC/IBGE), e acrescido de juros de 6% ao ano, a ser pago em 109 parcelas mensais e sucessivas, a partir de fevereiro de 2015, conforme Termo de Segundo Aditamento firmado entres as partes, em 10 de novembro de 2014. Ao longo de 2012, foram quitadas onze parcelas contra crédito da ELETRONUCLEAR.

O saldo dessa obrigação, em 31 de dezembro de 2015, monta R\$ 25.113 (R\$ 24.760 - 31 de dezembro de 2014), R\$ 2.519 classificados no passivo circulante e R\$ 22.595 no passivo não circulante.

### **a.3) Dívida total por vencimento**

Os contratos têm o seguinte perfil de vencimento:

ANO	R\$ MIL	
	31/12/2015	31/12/2014
2015	-	11.832
2016	2.529	5.019
2017	6.456	5.019
2018	6.456	5.019
2019	6.455	5.019
2020	3.228	2.510
<b>TOTAL</b>	<b>25.124</b>	<b>34.418</b>



## b) Outros benefícios pós-emprego – Saúde

A Companhia possui um programa de assistência médica aos empregados e dependentes, estendendo-o a inativos e pensionistas.

## c) Provisão atuarial – Benefício pós-emprego

PROVISÃO	R\$ MIL	
	31/12/2015	31/12/2014
SAÚDE	11.083	18.040
PID	21.748	25.888
TOTAL	32.831	43.928

## d) Efeitos dos Planos BD, Assistência Saúde, PID

### d.1) Hipóteses Atuariais e Econômicas

Hipóteses Econômicas						
	2015			2014		
	Real Grandeza	Nucleos	PID	Real Grandeza	Nucleos	PID
Taxa de juros de desconto atuarial anual (i)	13,26%	13,16%	12,09%	12,24%	12,25%	11,84%
Taxa de juros real de desconto atuarial anual	7,36%	7,26%	6,25%	6,16%	6,18%	5,79%
Projeção de aumento médio dos salários	7,61%	7,62%	N/A	7,83%	7,83%	N/A
Projeção de aumento médio dos benefícios	5,50%	5,50%	3,55%	5,72%	5,72%	3,50%
Taxa média de inflação anual	5,50%	5,50%	5,50%	5,72%	5,72%	5,72%
Expectativa de retorno dos ativos do plano	13,26%	13,16%	N/A	12,24%	12,25%	N/A
Hipótese Demográficas						
	2015			2014		
Taxa de rotatividade	20%	-	N/A	80%	(2/Idade)-0,04	N/A
Tábua de mortalidade de ativos e inativos	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	RP-2000	AT-49	N/A	RP-2000	AT-49	N/A
Tábua de invalidez	Alvaro Vindas	Müller	N/A	Light Fraca	Alvaro Vindas	N/A
% de casados na data de aposentadoria	95%	95%	-	95%	95%	-
Diferença de idade entre homens e mulheres	4 anos	4 anos	-	4 anos	4 anos	-

A taxa global de retorno esperada corresponde à média ponderada dos retornos esperados das várias categorias de ativos do plano. A avaliação do retorno esperado realizada pela Administração tem como base as tendências históricas de retorno e previsões dos analistas de mercado para o ativo durante a vida da respectiva obrigação. O atual retorno dos ativos do plano REAL GRANDEZA foi de R\$ (86.187) (R\$ 219.845 em 2014) e do plano NUCLEOS foi de R\$ (16.335) (R\$ 181.493 em 2014).

### (i) Taxa de juros de longo prazo

A definição dessa taxa considerou a prática de mercado dos títulos do Governo Federal, conforme critério recomendado pelas normas nacionais e internacionais, para prazos similares aos dos fluxos das obrigações do programa de benefícios, no chamado conceito de *Duration*.

## d.2) Planos de benefícios em 31 de dezembro

Os planos de benefícios normalmente expõem a Companhia a riscos atuariais, tais como: risco de investimento, risco de taxa de juros, risco de longevidade e risco de salário.

Risco de Investimento	O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado usando uma taxa de desconto determinada em virtude da remuneração de títulos privados de alta qualidade; se o retorno sobre o ativo do plano for abaixo dessa taxa, haverá um déficit do plano. Atualmente, o plano tem um investimento relativamente equilibrado em renda fixa e variável considerando os limites por segmento de aplicação de acordo com as diretrizes da Resolução nº 3.792 do Conselho Monetário Nacional e as suas alterações, além dos critérios de segurança, liquidez, rentabilidade e maturidade do plano.
Risco de taxa de Juros	Uma redução na taxa de juros dos títulos aumentará o passivo do plano. Entretanto, isso será parcialmente compensado por um aumento do retorno sobre os títulos de dívida do plano.
Risco de Longevidade	O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência à melhor estimativa da mortalidade dos participantes do plano durante e após sua permanência no trabalho. Um aumento na expectativa de vida dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.
Risco de salário	O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência aos salários futuros dos participantes do plano. Portanto, um aumento do salário dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.

A conciliação dos passivos dos planos de benefícios está apresentada a seguir:

a) Conciliação dos passivos dos planos de benefícios definidos

Planos de benefícios definidos - Valores reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício	2015					2014				
	Plano BD	Plano BD	Saúde	PID	TOTAL	Plano BD	Plano BD	Saúde	PID	Total
	Real Grandeza	Núcleos				Real Grandeza	Núcleos			
Valor presente das obrigações atuariais parciais ou totalmente cobertas	1.258.150	803.671	11.083	-	2.072.904	1.195.571	775.316	18.040	-	1.988.927
Valor justo dos ativos do plano (-)	(1.384.184)	(957.276)	-	-	(2.341.460)	(1.326.722)	(927.688)	-	-	(2.254.410)
Passivo( Ativo) Líquido	(126.034)	(153.605)	11.083	-	(268.556)	(131.151)	(152.372)	18.040	-	(265.483)
Efeito da restrição sobre o ativo	126.034	153.605	-	-	279.639	131.151	152.372	-	-	283.523
Dívida financeira contratada entre patrocinador e plano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor do passivo/(ativo) de benefício pós-emprego	-	-	11.083	-	11.083	-	-	18.040	-	18.040
Custo do serviço corrente	(14.013)	8.892	955	2.706	(1.460)	(11.759)	4.555	629	25.888	19.313
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	-	-	2.196	-	2.196	-	-	2.842	-	2.842
Despesa/ (Receita) atuarial reconhecida no exercício	(14.013)	8.892	3.151	2.706	736	(11.759)	4.555	3.471	25.888	22.155

A movimentação do valor presente das obrigações e do valor presente do ativo dos planos de benefícios, no exercício corrente e de 31 de dezembro de 2015 estão apresentadas a seguir:

DESCRITIVO	2015			
	Plano BD Real Grandeza	Plano BD Nucleos	Saúde	Total
<b>Alterações nas obrigações</b>				
Valor das obrigações atuariais no início do ano	1.195.571	775.316	18.040	1.988.927
Custo de serviços corrente líquido	6.509	26.245	955	33.709
Custo de juros	144.205	92.416	2.196	238.817
Benefícios pagos	(62.010)	(30.445)	(214)	(92.669)
<i>(Ganhos) perdas decorrentes de remensuração</i>	<i>(26.124)</i>	<i>(59.861)</i>	<i>(9.894)</i>	<i>(95.879)</i>
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas demográficas	-	-	-	-
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	(161.490)	(90.835)	(1.890)	(254.215)
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	135.366	30.974	(8.004)	158.336
Valor presente das obrigações atuariais ao final do ano	1.258.151	803.671	11.083	2.072.905
<b>Alterações nos ativos financeiros</b>				
Valor justo dos ativos no início do ano	1.326.722	927.688	-	2.254.410
Receita de Juros	162.509	113.565	-	276.074
Contribuições patronais	12.764	26.344	214	39.322
Contribuições de participantes do plano	20.522	17.353	-	37.875
Benefícios pagos / adiantados	(62.011)	(30.445)	(214)	(92.670)
<i>Ganhos (perdas) decorrentes da remensuração</i>	<i>(76.322)</i>	<i>(97.230)</i>	-	<i>(173.552)</i>
Retorno sobre ativos do plano (excluindo valores incluídos em receita de juros)	(76.322)	(97.230)	-	(173.552)
Valor justo dos ativos no fim do exercício	1.384.184	957.275	-	2.341.459

DESCRITIVO	2014			
	Plano BD Real Grandeza	Plano BD Nucleos	Saúde	Total
<b>Alterações nas obrigações</b>				
Valor das obrigações atuariais no início do ano	1.076.627	666.863	23.880	1.767.370
Custo de serviços corrente líquido	7.652	20.969	629	29.250
Custo de juros	128.071	79.176	2.842	210.089
Benefícios pagos	(32.969)	(15.867)	(79)	(48.915)
<i>(Ganhos) perdas decorrentes de remensuração</i>	16.190	24.175	(9.232)	31.133
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas demográficas	-	-	-	-
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	28.687	20.680	11.308	60.675
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	(12.497)	3.495	(20.540)	(29.542)
Valor presente das obrigações atuariais ao final do ano	1.195.571	775.316	18.040	1.988.927
<b>Alterações nos ativos financeiros</b>				
Valor justo dos ativos no início do ano	1.105.054	723.703	-	1.828.757
Receita de Juros	133.968	88.322	-	222.290
Contribuições patronais	15.379	21.944	79	37.402
Contribuições de participantes do plano	19.412	16.414	-	35.826
Benefícios pagos / adiantados	(32.968)	(15.866)	(79)	(48.913)
<i>Ganhos (perdas) decorrentes da remensuração</i>	85.877	93.171	-	179.048
Retorno sobre ativos do plano (excluindo valores incluídos em receita de juros)	85.877	93.171	-	179.048
Valor justo dos ativos no fim do exercício	1.326.722	927.688	-	2.254.410

As principais categorias de ativos do plano, no final do período de relatório, e que impactam o retorno dos ativos do plano são apresentadas a seguir:

CATEGORIA DO ATIVO	2015		2014	
	Plano BD Real Grandeza	Plano BD Nucleos	Plano BD Real Grandeza	Plano BD Nucleos
Disponível	46	119	181	2.111
Realizável (Previdenciário e Administrativo)	26.683	190.519	32.804	179.168
Investimento em Renda Fixa	1.067.058	703.681	962.104	659.298
Investimento em Renda Variável	206.278	132.362	263.337	118.042
Investimentos Estruturados	28.966	70.184	22.241	73.905
Outros recebíveis	-	8.556	-	30.999
Investimentos Imobiliários	70.680	32.841	67.530	34.080
Empréstimos e Financiamentos	31.859	6.457	31.415	6.120
Outros	(6.237)	317	(3.542)	148
(-) Recursos a receber - patrocinador	(11.614)	(182.913)	(19.996)	(172.285)
(-) Exigíveis Previdenciais	-	-	-	-
(-) Exigíveis Contingencial	(14.479)	(275)	(16.194)	-
(-) Fundo de Investimentos	(7.559)	(876)	(6.521)	(787)
(-) Fundo Administrativo	(7.497)	(3.696)	(6.637)	(3.111)
<b>Total dos Ativos Garantidos</b>	<b>1.384.184</b>	<b>957.276</b>	<b>1.326.722</b>	<b>927.688</b>

Os valores justos dos instrumentos de capital e de dívida são determinados com base em preços de mercado cotados em mercados ativos, enquanto os valores justos dos investimentos imobiliários não são baseados em preços de mercado cotados em mercados ativos.

#### **d.3) Resumo dos impactos reconhecidos em outros resultados abrangentes**

Outros Resultados Abrangentes (ORA) acumulados	31.12.2015	31.12.2014
Programa Previdenciário Real Grandeza	166.136	143.689
Programa Previdenciário Nucleos	(75.997)	(93.449)
Programa de seguro	-	-
Programa de Saúde	(8.480)	1.414
<b>Total</b>	<b>81.659</b>	<b>51.654</b>

DESCRIÇÃO	2015			
	Plano BD Real Grandeza	Plano BD Nucleos	Saúde	Total
Remensuração do valor líquido do passivo de benefício definido reconhecidos no ORA no exercício	-	-	-	-
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de mudanças de premissas demográficas	(18.147)	(873)	-	(19.020)
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	161.490	90.835	1.890	254.215
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	(117.219)	(30.101)	8.004	(139.316)
Retorno sobre ativos do plano	(76.322)	(97.230)	-	(173.552)
Ajustes a restrições ao ativo de benefício definido	23.421	19.917	-	43.338
Ajustes saldo da dívida	4.330	-	-	4.330
Componentes de custo de benefício definido reconhecidos em outros resultados abrangentes	(22.447)	(17.452)	9.894	(30.005)

DESCRIÇÃO	2014			
	Plano BD Real Grandeza	Plano BD Nucleos	Saúde	Total
Remensuração do valor líquido do passivo de benefício definido reconhecidos no ORA no exercício	-	-	-	-
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de mudanças de premissas demográficas	3.377	(4.982)	-	(1.605)
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	(28.687)	(20.680)	(11.308)	(60.675)
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	9.120	1.488	20.540	31.148
Retorno sobre ativos do plano	85.877	93.171	-	179.048
Ajustes a restrições ao ativo de benefício definido	(96.825)	(86.386)	-	(183.211)
Ajustes saldo da dívida	(2.125)	-	-	(2.125)
Componentes de custo de benefício definido reconhecidos em outros resultados abrangentes	(29.263)	(17.389)	9.232	(37.420)

### **e) Contribuições patronais esperadas para o próximo exercício**

A Companhia espera contribuir com R\$ 45.600 (Plano Real Grandeza R\$ 13.691, Nucleos R\$ 28.229 e PID R\$ 5.737) para os planos de benefícios definidos durante o próximo exercício.

A duração média ponderada da obrigação de benefício definido é de Real Grandeza 8,20 anos e Núcleos 8,02 anos.

Análise dos vencimentos esperados de benefícios não descontados de planos de benefício definido:

### **FUNDAÇÃO REAL GRANDEZA**

	Menos de 1 ano	Entre 1-2 anos	Entre 2-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Em 31 de Dezembro de 2015 Benefícios de aposentadoria	89.266	94.517	292.581	2.551.735	3.028.099

### **NUCLEOS**

	Menos de 1 ano	Entre 1-2 anos	Entre 2-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Em 31 de Dezembro de 2015 Benefícios de aposentadoria	46.447	48.632	156.617	2.234.183	2.485.879

### **f) Efeitos da variação percentual nas premissas atuariais significativas**

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são: taxa de desconto, aumento nos custos médicos e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas, ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

### **Plano de Benefício Definido Real Grandeza**

- Se a taxa de desconto fosse 0,25% mais alta (baixa), a obrigação de benefício definido teria redução de R\$ 29.658 (aumento de R\$ 30.962).

- Se a expectativa de vida aumentasse (diminuísse), em um ano, para homens e mulheres, a obrigação de benefício definido teria redução de R\$ 16.849 (aumento de R\$ 16.127).

### **Plano de Benefício Definido Nucleos**

- Se a taxa de desconto fosse 0,25% mais alta (baixa), a obrigação de benefício definido teria redução de R\$ 23.264 (aumento de R\$ 24.487).
- Se a expectativa de vida aumentasse (diminuísse), em um ano, para homens e mulheres, a obrigação de benefício definido teria redução de R\$ 9.111 (aumento de R\$ 8.712).

### **Plano de Saúde**

- Se os custos médicos fossem 0,25% mais alto (baixo), a obrigação de benefício definido teria aumento de R\$ 433 (redução de R\$ 408).

### **Plano de Incentivo de Desligamento - PID**

- Se os custos médicos fossem 0,25% mais alto (baixo), a obrigação de benefício definido teria aumento de R\$ 240 (redução de R\$ 238).



## NOTA 22 – PROVISÃO PARA PLANO DE INCENTIVO DE DESLIGAMENTO

A Companhia instituiu, em fevereiro de 2014, o Plano de Sucessão Programada dos Empregados – PSPE, conforme aprovado na 282ª reunião do Conselho de Administração da ELETRONUCLEAR, de 19/12/2012, com o início das adesões para março de 2014 e término em abril de 2014. Ocorream 341 desligamentos até 31 de dezembro de 2014, 277 até 31 de dezembro de 2015, permanecendo 2 funcionários a serem desligados até junho de 2016.

A ELETRONUCLEAR reconheceu, contabilmente, no resultado de 2015, uma baixa de R\$ 214.413, devido aos empregados efetivamente desligados e um complemento de provisão no montante de R\$ 43.563, decorrente de ajustes salariais dos empregados remanescentes até o término do exercício. O saldo da provisão, em 31 de dezembro de 2015, é R\$ 48.449 (R\$ 219.299 em dezembro de 2014).

PLANO DE INCENTIVO DE DESLIGAMENTO 2014 - R\$ MIL				
Descritivo	31/12/2014			
	31/12/2013	Provisão	Baixa	Saldo
<u>Circulante</u>				
Incentivo	-	312.375	(138.773)	173.602
Plano Médico	-	4.609	(330)	4.279
	-	316.984	(139.103)	177.881
<u>Não Circulante</u>				
Plano Médico	-	41.418	-	41.418
	-	41.418	-	41.418
<b>TOTAL</b>	-	675.386	(278.206)	219.299

PLANO DE INCENTIVO DE DESLIGAMENTO 2015 - R\$ MIL				
Descritivo	31/12/2015			
	31/12/2014	Provisão	Baixa	Saldo
<u>Circulante</u>				
Incentivo	173.602	25.864	(198.364)	1.102
Plano Médico	4.279	10.168	(3.495)	10.952
	177.881	36.032	(201.859)	12.054
<u>Não Circulante</u>				
Plano Médico	41.418	7.531	(12.554)	36.395
	41.418	7.531	(12.554)	36.395
<b>TOTAL</b>	<b>219.299</b>	<b>43.563</b>	<b>(214.413)</b>	<b>48.449</b>

## NOTA 23 – PROVISÕES PARA RISCOS

A Companhia, amparada pela sua Procuradoria Jurídica, mantém o registro no passivo não circulante, de provisão para contingências judiciais, consideradas de perda provável para a Companhia, conforme quadro abaixo:

### a) Composição

CONTINGÊNCIAS	R\$ MIL			
	31/12/2015		31/12/2014	
	Provisão Acumulada	Depósitos Judiciais	Provisão Acumulada	Depósitos Judiciais
<b>TRABALHISTAS</b>				
Data-Base dos Engenheiros	15.732	-	15.732	-
Diferenças de remunerações Planos Bresser, Collor, etc.	37.967	8.236	26.139	7.643
Outras	4.633	2.020	4.633	1.981
Atualização	2.399	1.905	2.151	642
	9.949	-	9.491	-
	70.680	12.161	58.146	10.266
<b>TRIBUTÁRIAS</b>				
Tributos Feder/Estaduais	217	80	217	80
INSS	14.211	32.482	14.211	32.482
Atualização	46.480	-	40.576	-
	60.908	32.562	55.004	32.562
<b>CÍVEIS</b>				
Desapropriações	-	-	-	-
Responsabilidade civil	1.657	80	1.657	80
Outros	406	71	283	40
Atualização	12.867	-	11.126	-
	14.930	151	13.066	120
<b>AMBIENTAL</b>				
Contecioso ambiental	25.293	-	25.187	-
Atualização	7.893	-	4.005	-
	33.186	-	29.192	-
<b>TOTAL</b>	<b>179.704</b>	<b>44.874</b>	<b>155.408</b>	<b>42.948</b>

Os depósitos judiciais apresentados no quadro acima são apenas aqueles vinculados às contingências de perda provável. Os demais depósitos judiciais da Companhia estão divulgados na Nota 12.

A ação trabalhista Data-Base dos Engenheiros, no valor de R\$ 15.732, refere-se à reclamação trabalhista movida pelo Sindicato dos Engenheiros do Estado do Rio de Janeiro contra FURNAS Centrais Elétricas S.A., ajuizada antes da data da cisão daquela

empresa, que contempla empregados transferidos por sucessão trabalhista para a ELETRONUCLEAR. Tal contingência é integralmente de responsabilidade de FURNAS, conforme previsto no item 5, do Termo Aditivo ao Protocolo ajustado com FURNAS, em 23 de maio de 1997, estando, portanto, correspondida a um direito de igual valor registrado na conta "Outros" no ativo não circulante.

Em abril de 2014, foram inseridas provisões prováveis de multas ambientais relacionadas a processos administrativos em curso no IBAMA, decorrentes de autos de infração pela captura incidental de quelônios em Angra 2, que monta o valor de R\$ 21.687, atualizados em R\$ 28.286.

Os processos judiciais, avaliados como de perda possível, movidos contra a Companhia, e, portanto, não provisionados, montam R\$ 138.653 atualizados em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 117.341 em 31 de dezembro de 2014), sendo R\$ 16.543 de processos de natureza trabalhista (R\$ 8.992 em 31 de dezembro de 2014), R\$ 121.384 de ações tributárias (R\$ 108.206 em 31 de dezembro de 2014), R\$ 726 de ações cíveis (R\$ 139 em 31 de dezembro de 2014).

Dentre essas ações de causas possíveis, destaca-se a ação de execução fiscal movida pelo Estado do Rio de Janeiro em 2009, cujo objeto é crédito de ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, supostamente incidente sobre importação de mercadorias, cujo processo de número 0003767-29.2009.8.19.0001 e garantia, montam R\$ 86.396.

Adicionalmente, a Companhia vem questionando um auto de infração, cujo objeto trata de despesas de descomissionamento consideradas como dedutíveis no ano base de 2005. O valor do auto de infração de número 18.471.001076/2005-94 é de R\$ 3.530, atualizados em R\$ 12.088 e os advogados da Companhia avaliam a sua probabilidade de perda em relação a essa causa como possível. Na sequência do processo, a ELETRONUCLEAR solicitou ao Ministério da Fazenda o parcelamento em sessenta parcelas do valor total de R\$ 6.349 incluindo juros e multa, recebendo o deferimento por parte do ministério que estabeleceu a parcela inicial em R\$ 106.

Os processos de contingência ativa com expectativa de ganho provável para retorno de caixa à ELETRONUCLEAR referentes a processos tributários federais e outros de natureza cível, e não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentam o montante de R\$ 219.

## b) Movimentação

MOVIMENTAÇÃO DAS CONTIGÊNCIAS JUDICIAIS - R\$ MIL					
Composição	SALDO EM 31/12/2014	ATUALIZAÇÃO EM 31/12/2015	MOVIMENTAÇÃO		SALDO EM 31/12/2015
			BAIXAS	INCLUSÕES	
Trabalhistas	58.146	458	(1.497)	13.573	70.680
Tributárias	55.004	5.904	-	-	60.908
Cíveis	13.066	1.741	-	123	14.930
Ambiental	29.192	3.888	-	106	33.186
<b>TOTAL</b>	<b>155.408</b>	<b>11.991</b>	<b>(1.497)</b>	<b>13.802</b>	<b>179.704</b>

## NOTA 24 – OBRIGAÇÃO PARA DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS

### a) Descomissionamento

#### a.1) Constituição do Passivo para descomissionamento

O descomissionamento de usinas nucleares refere-se à obrigação para desmobilização dos ativos destas usinas para fazer face aos custos a serem incorridos ao final da vida útil econômica das mesmas.

O descomissionamento pode ser entendido como um conjunto de medidas tomadas para retirar de serviço, com segurança, uma instalação nuclear, reduzindo a radioatividade residual a níveis que permitam liberar o local para uso restrito ou irrestrito.

É premissa fundamental para a formação desse passivo para o descomissionamento, que o valor estimado para a sua realização deva ser atualizado ao longo da vida útil econômica das usinas, considerando os avanços tecnológicos, com o objetivo de alocar ao respectivo período de competência da operação, os custos a serem incorridos com a desativação técnico-operacional das usinas.

No exercício de 2013, foi realizado um estudo para atualização da estimativa de custos necessária para execução das atividades de descomissionamento das Usinas Angra 1 e Angra 2. O estudo concluiu por aumentar a mencionada estimativa para R\$ 2.089.513, sendo R\$ 938.175 para a Usina Angra 1 e R\$ 1.151.338 para a Usina Angra 2. O valor presente, correspondente, registrado no passivo é de R\$ 727.277. Tal estudo foi aprovado pela Diretoria Executiva, conforme RDE 1160.006/13 de 19.12.2013 e prevê atualização há cada cinco anos.

Conforme estabelecido no Pronunciamento Técnico CPC 25, a estimativa inicial dos custos de descomissionamento, referentes à desmontagem e remoção do item e de restauração dos locais nos quais as instalações estão localizadas, deve ser contabilizada como custo do empreendimento.

O custo total estimado é descontado a valor presente, com base em taxa que represente o custo de capital da Companhia e registrado no Imobilizado, em contrapartida a obrigação para desmobilização de ativos.

O saldo do passivo para descomissionamento a valor presente, em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 1.201.186 (R\$ 1.314.480 em 31 de dezembro de 2014).

## **a.2) Ajuste a valor presente do descomissionamento**

No cálculo do ajuste a valor presente do passivo para descomissionamento é considerado o custo total estimado para o descomissionamento, descontado a uma taxa que represente o custo de capital da Companhia, desde o final da vida útil econômica de cada usina até a data do balanço.

A taxa de desconto atual aprovada para o sistema Eletrobras é de 7,00% ao ano.

O valor do ajuste a valor presente do descomissionamento reconhecido no resultado em dezembro de 2015 é de R\$ 81.875 (R\$ 79.145 em dezembro de 2014).

## **b) Rejeitos de Baixa e Média Atividade e Combustível Nuclear Usado - Constituição do Passivo**

A Diretoria Executiva da Companhia aprovou, através da resolução RDE nº 1247.003/15 de 12/08/2015, o Relatório do Grupo de Trabalho instituído pela GCE 037/10 de 01/06/2010, estendido para 2015, com a revisão das estimativas de Custos de Gerenciamento de Rejeitos Radioativos Operacionais e dos Elementos de Combustível Nuclear Usados ao Final da vida útil das Usinas Angra 1 e Angra 2, para a data base julho 2015. Essa atualização atende ao estabelecido pela Comissão Nacional de Energia Nuclear na Resolução CNEN nº 187 de 15/05/2015.

As estimativas de custos para gerenciamento, em longo prazo, dos rejeitos operacionais de baixo e médio nível de atividade e dos elementos combustíveis usados foram as seguintes:

**b.1)** Para transporte e disposição final dos rejeitos operacionais de baixa e média atividade, relativos ao volume acumulado até 2020, quando se considera que será iniciada sua transferência para o Repositório Nacional de Rejeitos Radioativos de Baixo e Médio Nível de Atividade (RBMN), a ser implantado pela CNEN, responsável legal pela guarda final desses rejeitos, será despendido o montante de R\$ 55,268 milhões (base jul/2015).

**b.2)** Para armazenagem inicial dos elementos combustíveis, usados até o final da década de 2070, quando se estima ocorrer o término da vida útil de Angra 3 e, portanto, da própria CNAEA, a estimativa está representada pelo valor de R\$ 610,124 milhões (base jul/2015), montante que será despendido para implantação da Instalação para Armazenamento dos Combustíveis Irrradiados (UFC) e respectivo sistema de movimentação dos elementos combustíveis das usinas para essa instalação, cujo projeto encontra-se em andamento e cujo comissionamento deverá ocorrer até 2020.

Nos termos do Pronunciamento Técnico 27 e ICPC 12, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a ELETRONUCLEAR contabilizou no Ativo Imobilizado, em contrapartida ao Passivo Não Circulante, os valores das estimativas aprovadas.

c) O quadro abaixo resume a posição dos valores correspondentes ao passivo total de desmobilização de ativos:

DESCOMISSONAMENTO - R\$ MIL				
USINA	31/12/2015			31/12/2014
	ESTIMATIVA TOTAL DE CUSTO	AJUSTE A VALOR PRESENTE	ESTIMATIVA A VALOR PRESENTE	VALOR PRESENTE
ANGRA 1	938.175	(427.870)	510.305	490.961
ANGRA 2	1.151.338	(934.366)	216.972	218.454
TOTAL	2.089.513	(1.362.236)	727.277	709.415
REJEITOS DE BAIXA E MÉDIA ATIVIDADE E COMBUSTÍVEL NUCLEAR USADO - R\$ MIL				
USINA	31/12/2015			31/12/2014
	ESTIMATIVA TOTAL DE CUSTO	AJUSTE A VALOR PRESENTE	ESTIMATIVA A VALOR PRESENTE	VALOR PRESENTE
ANGRA 1	248.137	(71.218)	176.919	321.878
ANGRA 2	416.545	(119.555)	296.990	283.187
TOTAL	664.682	(190.773)	473.909	605.065
TOTAL DAS OBRIGAÇÕES PARA DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS - R\$ MIL				
USINA	31/12/2015			31/12/2014
	ESTIMATIVA TOTAL DE CUSTO	AJUSTE A VALOR PRESENTE	ESTIMATIVA A VALOR PRESENTE	VALOR PRESENTE
ANGRA 1	1.186.312	(499.088)	687.224	812.839
ANGRA 2	1.567.883	(1.053.921)	513.962	501.641
TOTAL	2.754.195	(1.553.009)	1.201.186	1.314.480

## NOTA 25 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### Composição acionária

ACIONISTA	QUANTIDADE DE AÇÕES				CAPITAL SOCIAL
	ORDINÁRIAS	PREFERENCIAIS	TOTAL	%	VALOR - R\$ mil
Centrais Elétr. Brasil. S.A - ELETROBRAS	20.394.839.086	5.703.210.901	26.098.049.987	99,91	6.601.248
Depto de Águas E. Elétrica Est.SP - DAEE	5.960.026	7.405.548	13.365.574	0,05	3.477
LIGHT - Serviços de Eletricidade S.A	-	5.058.993	5.058.993	0,02	1.316
Outros	1.176.930	3.504.063	4.680.993	0,02	1.217
TOTAL	20.401.976.042	5.719.179.505	26.121.155.547	100,00	6.607.258



Todas as ações são nominativas e sem valor nominal, sendo as ordinárias com direito a voto.

As ações preferenciais não se podem converter em ações ordinárias e terão as seguintes preferências ou vantagens, de acordo com o Estatuto da Companhia:

- prioridade no reembolso do capital, sem direito a prêmio;
- dividendo prioritário, mínimo cumulativo de 10% ao ano, e participação, em igualdade de condições, com as ações ordinárias nos lucros que remanescerem depois de pago um dividendo de 12% ao ano às ações ordinárias;
- direito a voto nas deliberações das Assembleias Gerais Extraordinárias sobre a alteração do Estatuto.

Também, de acordo com o Estatuto, é assegurado aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório anual, calculado na base de 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação vigente.

## NOTA 26 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	R\$ MIL	
	31/12/2015	31/12/2014
Suprimento de energia elétrica	2.160.585	2.192.242
Outros Serviços	411	220
Impostos sobre vendas:		
PASEP	(35.650)	(36.313)
COFINS	(164.204)	(167.257)
ISS	-	(11)
Outros	(1.620)	(1.425)
	1.959.522	1.987.456
Reserva global de reversão - RGR	(57.193)	(60.694)
<b>TOTAL</b>	<b>1.902.329</b>	<b>1.926.762</b>

### - Suprimento de energia elétrica

O suprimento de energia elétrica das usinas nucleares Angra 1 e 2 de 13.560.473 MWh\* (14.113.782 \* em 2014), corresponde a uma receita no exercício de 2015 de R\$ 2.160.585 (R\$ 2.192.242 em 2014).

*\*Informação não auditada por auditoria independente*

### a) Modalidade de comercialização

Com a regulamentação da ANEEL para o dispositivo do art.11, da Lei 12.111/2009, mediante as edições em 21 de dezembro de 2012, da Resolução Normativa nº 530, da Resolução Homologatória nº 1.405 e da Resolução Homologatória nº 1.407, a partir de 01 de janeiro de 2013, a receita decorrente da geração das usinas Angra 1 e 2 passa a ser rateada entre todas as concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição do Sistema Interligado Nacional – SIN.

### b) Apuração do PASEP e do COFINS

A apuração do PASEP e COFINS é feita com base no método não cumulativo utilizando a alíquota de 9,25%.

## NOTA 27 – CUSTO OPERACIONAL

CUSTO OPERACIONAL		
DESCRITIVO	R\$ MIL	
	31/12/2015	31/12/2014
Pessoal	471.405	459.109
Pessoal - PID	2.244	97.415
Pessoal - PID - PMA	5.214	-
Material	42.315	52.981
Serviços de terceiros	298.796	246.835
Depreciação e amortização	357.752	348.640
Encargos de uso da rede de transmissão	83.793	65.867
Combustível para produção de energia elétrica	286.951	308.605
Aluguéis	9.707	9.759
Provisão para plano de incentivo de desligamento (a)	1.205	160.089
Outros	21.544	24.862
TOTAL	1.580.926	1.774.162

a) Provisão para plano de incentivo de desligamento – conforme descrito na Nota 22.

## NOTA 28 – DESPESAS OPERACIONAIS

DESPESAS OPERACIONAIS		
DESCRITIVO	R\$ MIL	
	31/12/2015	31/12/2014
Pessoal	84.822	139.629
Pessoal - PID	830	36.030
Pessoal - PID - PMA	1.928	-
Material	5.441	1.161
Serviços de terceiros	107.315	80.872
Depreciação e amortização	10.229	11.800
Aluguéis	21.447	16.879
Provisões para risco e benefício pós-emprego	26.689	78.735
Provisão p/créditos de liquidação duvidosa	43	155
Provisão para plano de incentivo de desligamento (a)	445	59.210
<i>Impairment</i> de Angra 3 (b)	4.973.111	557.834
Outras provisões	35.533	45.575
Outras	43.048	18.919
<b>TOTAL</b>	<b>5.310.881</b>	<b>1.046.799</b>

**a) Provisão para plano de incentivo de desligamento** – conforme descrito na Nota 22.

**b) *Impairment* de Angra 3** – conforme descrito na Nota 14.

## NOTA 29 – RESULTADO FINANCEIRO

RESULTADO FINANCEIRO	R\$ MIL	
	31/12/2015	31/12/2014
<b>RECEITAS FINANCEIRAS</b>		
Rendimento sobre títulos e valores mobiliários de curto prazo	2.138	-
Variaç.monetárias e cambiais s/dívidas com fornecedores e outros	7.473	29.795
Rendimento sobre títulos e valores mobiliários de curto prazo - fundo para descomissionamento (Nota 11)	154.391	40.897
Outras	3.797	4.927
	167.799	75.619
<b>DESPESAS FINANCEIRAS</b>		
Encargos sobre financiamentos - ELETROBRAS	(55.780)	(46.501)
Ajuste a valor presente da obrigação para desmobilização de ativos	(81.875)	(79.145)
Variaç.monetárias e cambiais s/dívidas com fornecedores e outros	(119.303)	(15.933)
Rendimento sobre títulos e valores mobiliários de curto prazo - fundo para descomissionamento (Nota 11)		
Despesa com juros - diferença de tarifa	(9.955)	(5.882)
Variaç.monetária - diferença de tarifa	(16.547)	(10.617)
Outras	(12.919)	(1.400)
	(296.379)	(159.478)
<b>TOTAL</b>	<b>(128.580)</b>	<b>(83.859)</b>

## NOTA 30 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL NO RESULTADO

A apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o resultado dos exercícios findos em 2015 e 2014 segue demonstrada:

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES  NO RESULTADO	R\$ MIL							
	Imposto de Renda		Contribuição Social		Imposto de Renda		Contribuição Social	
	Períodos de 3 meses findos em				Períodos de 12 meses findos em			
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
(Prejuízo) antes da contribuição social e imposto de renda	(1.772.724)	(616.215)	(1.772.724)	(616.215)	(5.118.057)	(978.058)	(5.118.057)	(978.058)
Adições								
Ajuste a valor presente - obrigação p/desmobilização	19.876	21.207	19.876	21.207	81.875	79.145	81.875	79.145
Provisões diversas		9.209	-	9.209	3.654	5.489	3.654	5.489
Provisão <i>Impairment</i> Angra 3	1.587.555	557.834	1.587.555	557.834	4.973.111	557.834	4.973.111	557.834
Dotação à Fundação de Assist.Médica - permanente	6.760	6.573	6.760	6.573	39.767	41.050	39.767	41.050
Provisão atuarial benefício pós-emprego	(2.169)	28.295	(2.169)	28.295	(2.169)	36.777	(2.169)	36.777
Provisão para Devedores Duvidosos	2	-	2	-	102	155	102	155
Receita financeira Angra 3 transferida p/o imobilizado	8.926	3.444	8.926	3.444	21.378	10.647	21.378	10.647
Provisão para contingências	7.431	3.617	7.431	3.617	24.025	61.672	24.025	61.672
Ajustes nas depreciações pelos CPCs	37.965	28.153	37.965	28.153	123.903	118.154	123.903	118.154
Provisão plano incentivo - PSPE	-	52.997	-	52.997	43.563	358.401	43.563	358.401
Provisão Variação Cambial Reg Caixa	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para PLR dos empregados	52.730	51.149	52.730	51.149	52.730	51.149	52.730	51.149
Outras	402	720	175	607	790	6.153	422	5.447
	1.719.478	763.198	1.719.251	763.085	5.362.729	1.326.626	5.362.361	1.325.920
Exclusões								
Provisão atuarial - resultados abrangentes	-	23.694	-	23.694	-	54.174	-	54.174
Ajuste a valor presente - obrigação p/desmobilização	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes nas depreciações pelos CPCs	2.687	2.687	2.687	2.687	10.747	10.747	10.747	10.747
Reversão de provisão para contingências/PSPE	176.564	150.395	176.564	150.395	215.968	140.556	215.968	140.556
Reversão de provisão variação cambial Reg Caixa		-		-		-		-
Reversão de provisão para plr	30.034	48.134	30.034	48.134	43.013	48.134	43.013	48.134
Reversão outras provisões	2	-	2	-				-
	209.287	224.910	209.287	224.910	269.728	253.611	269.728	253.611
Lucro real / Base positiva da contribuição social antes das compensações	(262.533)	(77.927)	(262.760)	(78.040)	(25.056)	94.957	-25.424	94.251
Compensação de prejuízos fiscais de períodos anteriores	-	(23.378)	-	(23.412)	-	28.487	0	28.275
Lucro real / Base positiva da contribuição social após compensações	(262.533)	(54.549)	(262.760)	(54.628)	(25.056)	66.470	(25.424)	65.976
Alíquotas dos tributos	15% + 10	15% + 10	9%	9%	15% + 10	15% + 10	9%	9%
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-	-		553		-
Imposto de renda e contribuição social - efeito líquido no resultado do período	(65.639)	(13.643)	(23.648)	(4.917)	-	16.606	-	5.938

## NOTA 31 – APLICAÇÕES FINANCEIRAS, ENCARGOS FINANCEIROS E SUAS TRANSFERÊNCIAS

APLICAÇÕES FINANCEIRAS, ENCARGOS FINANCEIROS E SUAS TRANSFERÊNCIAS		
DESCRIPTIVO	GERAÇÃO	
	R\$ MIL	
	31/12/2015	31/12/2014
Rendimento das aplicações financeiras contabilizados no resultado	23.516	10.647
(-) Transferências para o imobilizado em curso	(21.378)	(10.647)
Efeito na receita financeira	2.138	-
Encargos financeiros contabilizados no resultado	448.070	280.860
(-) Transferências para o imobilizado em curso	(392.290)	(234.359)
Efeito na despesa financeira	55.780	46.501
Efeito líquido no resultado	(53.642)	(46.501)

## NOTA 32 - SALDO E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia efetuou transações com partes relacionadas, incluindo venda de energia elétrica, em tarifas aprovadas pela ANEEL, e empréstimos e financiamentos contraídos junto à controladora Eletrobras.

Segue abaixo, quadro do saldo e transações com as empresas consideradas partes relacionadas:

SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS - R\$ MIL												
SALDOS	31 DE DEZEMBRO DE 2015											31/12/2014
	Eletrobras	Furnas	Chesf	Eletrosul	Eletronorte	Eletoacre	Celg	Ceal	Cepisa	Ceron	TOTAL	
<b>Ativo</b>												
Concessionárias - Distribuidoras	-	-	-	-	-	489	6.420	1.799	1.580	1.636	11.924	5.114
Ressarcimento Concessionárias - Distribuidoras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(245)
Fundo descomissionamento	492.938	-	-	-	-	-	-	-	-	-	492.938	334.869
Outras contas a receber	34.031	5.174	56	-	-	-	-	-	-	-	39.261	36.689
<b>Passivo</b>												
Fornecedores	-	(1.022)	(4)	(1)	-	-	-	-	-	-	(1.027)	(1.750)
Fornecedores - Provisão	-	(661)	(551)	(595)	(475)	-	-	-	-	-	(2.282)	(1.800)
Devolução tarifa RH 1406/12	-	(180.594)	-	-	-	-	-	-	-	-	(180.594)	(154.091)
Financiamentos captados	(1.584.227)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.584.227)	(1.479.318)
Saldo Líquido	(1.057.258)	(177.103)	(499)	(596)	(475)	489	6.420	1.799	1.580	1.636	(1.224.007)	(1.260.532)
<b>TRANSAÇÕES</b>	31 DE DEZEMBRO DE 2015											31/12/2014
	Eletrobras	Furnas	Chesf	Eletrosul	Eletronorte	Eletoacre	Celg	Ceal	Cepisa	Ceron	TOTAL	TOTAL
<b>Receita</b>												
Venda de energia	-	-	-	-	-	5.864	77.042	21.593	18.955	19.632	143.086	61.372
Ressarcimento Concessionárias - Distribuidoras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.089)
Remuneração do fundo financeiro	154.391	-	-	-	-	-	-	-	-	-	154.391	40.897
<b>Despesa</b>												
Variação monetária - Devolução tarifa RH 1406/12	-	(16.547)	-	-	-	-	-	-	-	-	(16.547)	(10.617)
Despesa com Juros - Devolução tarifa RH 1406/12	-	(9.955)	-	-	-	-	-	-	-	-	(9.955)	(5.882)
Encargos uso da rede elétrica	-	(7.564)	(5.897)	(6.270)	(5.668)	-	-	-	-	-	(25.399)	(19.881)
Encargos financeiros	(55.780)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(55.780)	(46.501)
Cessão de funcionários	(273)	(241)	-	-	(403)	-	-	-	-	-	(917)	(594)
Auditoria externa	(436)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(436)	(959)
Remuneração do fundo financeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Líquido	97.903	(34.307)	(5.897)	(6.270)	(6.071)	5.864	77.042	21.593	18.955	19.632	188.444	14.746

A taxa de juros praticada nas captações de recursos com a Eletrobras encontra-se detalhada na Nota 17.

Como patrocinadora da REAL GRANDEZA – Fundação de Previdência e Assistência Social e do NUCLEOS – Instituto de Seguridade Social, entidades fechadas sem fins lucrativos que tem por finalidade complementar benefícios previdenciários de seus participantes, a ELETRONUCLEAR apresenta os saldos e movimentação de valores que envolvem essas entidades na Nota 21.

### NOTA 33 - TAXAS REGULAMENTARES

A Companhia incorreu, durante o período, nos seguintes encargos do setor elétrico, apropriados ao resultado:

TAXAS REGULAMENTARES	R\$ MIL	
	31/12/2015	31/12/2014
Reserva Global de Reversão - RGR classificada como retificadora da receita operacional	57.193	60.694
Contribuição ao Operador Nacional do Sistema - ONS classificada como retificadora da receita operacional	88	196
Contribuição a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE classificada como retificadora da receita operacional	1.532	1.229
Taxa de Fiscalização do Serviço de Energia Elétrica - TFSEE classificada como despesa operacional - outras	7.624	7.839
<b>TOTAL</b>	<b>66.437</b>	<b>69.958</b>

## NOTA 34 – SEGUROS

A Companhia mantém uma política de seguros considerada pela administração como suficiente para cobrir eventuais perdas, considerando os principais ativos, bem como a responsabilidade civil inerente a suas atividades.

Os valores segurados referem-se ao total das apólices vigentes para reembolso em caso de sinistro, representados pela quantidade de moeda de origem convertida para reais, pela respectiva cotação na data das demonstrações financeiras.

Como prêmio, estão apresentados os valores pagos e a pagar das apólices na moeda de origem, atualizados para equivalente em reais pela respectiva cotação na data das demonstrações financeiras.

O montante global segurado, em 31 de dezembro de 2015, é de R\$ 12.863.526 e está assim distribuído:

SEGUROS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015			
SEGUROS - RAMOS	MOEDA - R\$ MIL		
	VIGÊNCIA	VALOR SEGUADO	PRÊMIO EQUIVALENTE
Riscos nucleares	30/10/2016	5.024.306	19.543
- Danos materiais		3.904.800	14.467
- Responsabilidade civil		1.119.506	5.076
Riscos de Engenharia	27/06/2016	7.510.272	11.422
- Construção		4.268.100	8.276
- Responsabilidade civil		30.000	454
- Armazenamento de equipamentos		3.212.172	2.692
Diversos	Diversas	328.948	748
TOTAL		12.863.526	31.713



## NOTA 35 - REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

A maior e a menor remuneração paga a empregados, tomando-se por base o mês de dezembro de 2015, foram de R\$ 41.370,68 e R\$ 3.098,35 (R\$ 41.341,24 e R\$ 2.632,08 em dezembro de 2014), respectivamente, de acordo com a política salarial praticada pela ELETRONUCLEAR. O maior honorário atribuído a dirigentes, tomando-se por base o mês de dezembro de 2015, corresponde a R\$ 39.692,13 (R\$ 36.861,19 em dezembro de 2014).

Nos exercícios de 2015 e de 2014, a Companhia realizou gastos com remuneração, encargos sociais e benefícios da alta administração, conforme apresentado a seguir:

NATUREZA	R\$ MIL	
	31/12/2015	31/12/2014
Remuneração dos Diretores e Conselheiros **	3.107	3.275
Encargos Sociais	856	913
Benefícios	116	182
<b>TOTAL</b>	<b>4.079</b>	<b>4.370</b>

\* Informação não auditada por auditoria independente

\*\* Inclui o chefe da Auditoria Interna, vinculado ao Conselho de Administração

## **NOTA 36 – COMPROMISSOS**

Além das obrigações registradas no presente balanço, a Companhia possuiu outros compromissos contratados até a data do balanço, mas ainda não incorridos, e cujas realizações ocorrerão nos próximos exercícios, portanto sem registros patrimoniais em 31 de dezembro de 2015. Trata-se de contratos e termos de compromissos referentes: à venda de energia elétrica; à aquisição de matéria-prima - combustível nuclear - para produção de energia elétrica; aos compromissos socioambientais vinculados ao empreendimento Angra 3 e aquisição de bens e serviços para substituições em seu ativo imobilizado, a saber:

### **36.1 – Venda de energia elétrica**

Com a regulamentação da ANEEL para o dispositivo do art.11, da Lei 12.111/2009 e mediante a edição da Resolução Normativa nº 530, em 21 de dezembro de 2012, toda a receita decorrente da geração das usinas Angra 1 e 2 será rateada entre todas as concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição do Sistema Interligado Nacional – SIN, de acordo com as cotas-partes estabelecidas pela ANEEL para o período de 2013 a 2020, conforme Resoluções Homologatórias 1.407/2012, 1.663/2013 e 1.830/2014.

A Resolução Homologatória ANEEL nº 2.006/2015, estabeleceu a receita fixa de R\$ 2.862.070 para o ano de 2016, relativa à geração de energia das centrais geradoras Angra 1 e 2.

Conforme está previsto nos procedimentos estabelecidos pela ANEEL, as atualizações da receita fixa das Usinas Angra 1 e 2 ocorrerão nas seguintes condições:

- Reajustes tarifários anuais, representados pela atualização inflacionária dos valores do período;
- Revisões tarifárias ocorrerão a cada intervalo de três anos;
- Revisões extraordinárias poderão ser realizadas por solicitação da ELETRONUCLEAR ou por iniciativa da ANEEL, para cobertura de custos excepcionais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro dos empreendimentos.

CONCESSIONÁRIA	R\$ MIL				
	2015	2015*	2016 / 2017	2018 / 2019	2020
AES-SUL - Aes Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A.	59.168	4.931	147.769	147.769	73.885
AME - Amazonas Distribuidora de Energia S.A.	-	-	98.498	98.498	49.249
AMPLA - Ampla Energia e Serviços S.A.	65.302	5.442	163.087	163.087	81.544
BANDEIRANTE - Bandeirante Energia S.A.	68.052	5.671	169.955	169.955	84.978
CAIUÁ-D - Caiuá Distribuição de Energia S.A.	7.558	630	18.876	18.876	9.438
CEA - Companhia de Eletricidade do Amapá	-	-	15.745	15.745	7.873
CEAL - Companhia Energética de Alagoas	20.828	1.736	52.018	52.018	26.009
CEB-DIS - Ceb Distribuição S.A.	40.504	3.375	101.156	101.156	50.578
CEEE-D - Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica	56.836	4.736	141.945	141.945	70.973
CELESC-DIS - Celesc Distribuição S.A.	117.260	9.772	292.851	292.851	146.426
CELG-D - Celg Distribuição S.A.	74.313	6.193	185.591	185.591	92.796
CELPA - Centrais Elétricas do Pará S.A.	46.666	3.889	116.544	116.544	58.272
CELPE - Companhia Energética de Pernambuco	73.635	6.136	183.899	183.899	91.950
CELTINS - Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins	11.267	939	28.139	28.139	14.070
CEMAR - Companhia Energética do Maranhão	33.957	2.830	84.806	84.806	42.403
CEMAT - Centrais Elétricas Matogrossenses S.A.	39.901	3.325	99.651	99.651	49.826
CEMIG-D - Cemig Distribuição S.A.	179.063	14.922	447.199	447.199	223.600
CEPISA - Companhia Energética do Piauí	18.284	1.524	45.662	45.662	22.831
CERON - Centrais Elétricas de Rondônia S.A.	18.936	1.578	47.292	47.292	23.646
CNEE - Companhia Nacional de Energia Elétrica	3.839	320	9.588	9.588	4.794
COELBA - Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia	108.924	9.077	272.031	272.031	136.016
COELCE - Companhia Energética do Ceará	62.512	5.209	156.120	156.120	78.060
COPEL-DIS - Copel Distribuição S.A.	170.295	14.191	425.303	425.303	212.652
COSERN - Companhia Energética do Rio Grande do Norte	30.080	2.507	75.122	75.122	37.561
CPFL JAGUARI - Companhia Jaguarí de Energia	3.168	264	7.913	7.913	3.957
CPFL LESTE PAULISTA - Companhia Leste Paulista de Energia	1.947	162	4.864	4.864	2.432
CPFL MOCOCA - Companhia Luz e Força de Mococa	1.500	125	3.747	3.747	1.874
CPFL PIRATININGA - Companhia Piratininga de Força e Luz	66.137	5.511	165.172	165.172	82.586
CPFL SANTA CRUZ - Companhia Luz e Força Santa Cruz	6.398	533	15.980	15.980	7.990
CPFL SUL PAULISTA - Companhia Sul Paulista de Energia	2.645	220	6.606	6.606	3.303
CPFL PAULISTA - Companhia Paulista de Força e Luz	150.869	12.572	376.787	376.787	188.394
DMED - DME Distribuição S.A.	2.866	239	7.157	7.157	3.579
EBO - Energisa Borborema – Distribuidora de Energia S.A.	4.605	384	11.502	11.502	5.751
EDEVP - Empresa de Distribuição de Energia Vale Parapanema S.A.	5.894	491	14.720	14.720	7.360
EEB - Empresa Elétrica Bragantina S.A.	4.894	408	12.223	12.223	6.112
ELEKTRO - Elektro Eletricidade e Serviços S.A.	87.794	7.316	219.260	219.260	109.630
ELETROACRE - Companhia de Eletricidade do Acre	5.657	471	14.127	14.127	7.064
ELETROPAULO - Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.	271.478	22.623	678.000	678.000	339.000
EMG - Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S.A.	7.942	662	19.834	19.834	9.917
ENERSUL - Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A.	27.393	2.283	68.412	68.412	34.206
EPB - Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia	24.649	2.054	61.561	61.561	30.781
ESCELSA - Espírito Santo Centrais Elétricas S.A.	44.410	3.701	110.911	110.911	55.456
ESE - Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S.A.	18.314	1.526	45.739	45.739	22.870
IENERGIA - Iguaçú Distribuidora de Energia Elétrica Ltda.	1.578	132	3.941	3.941	1.971
LIGHT - Light Serviços de Eletricidade S.A.	144.399	12.033	360.628	360.628	180.314
RGE - Rio Grande Energia S.A.	54.540	4.545	136.209	136.209	68.105
<b>TOTAL</b>	<b>2.246.260</b>	<b>187.188</b>	<b>5.724.140</b>	<b>5.724.140</b>	<b>2.862.070</b>

### 36.2 – Combustível nuclear

Contratos assinados com a INB - Indústrias Nucleares Brasileiras, para aquisição de matéria-prima para produção de energia elétrica e combustível nuclear para as próximas recargas das usinas Angra 1 e Angra 2, bem como a carga inicial e futuras recargas de Angra 3, conforme quadro demonstrativo a seguir:

COMBUSTÍVEL NUCLEAR - REALIZAÇÃO	
ANO	R\$ MIL
2015	94.710
2016	292.706
2017	162.238
Após 2017	9.025.992
TOTAL	9.575.646

### 36.3 – Compromissos socioambientais

Termos de compromissos assumidos com os Municípios, nos quais a ELETRONUCLEAR se compromete a celebrar convênios específicos de portes socioambientais, vinculados ao empreendimento Angra 3, visando à execução dos programas e projetos em consonância com as condicionantes estabelecidas pelo IBAMA, conforme quadro demonstrativo a seguir:

COMPROMISSOS SOCIOAMBIENTAIS - REALIZAÇÃO	
ANO	R\$ MIL
2015	11.924
2016	77.164
2017	104.241
Após 2017	193.483
TOTAL	386.812

### 36.4 – Aquisições de bens e serviços

Contratos assinados com fornecedores diversos para aquisição de bens e serviços das Usinas Angra 1, Angra 2 e Angra 3, necessários à garantia de performance operacional desses ativos, conforme quadro demonstrativo a seguir:

BENS E SERVIÇOS - REALIZAÇÃO	
ANO	R\$ MIL
2015	675.555
2016	3.018.398
2017	3.654.154
APÓS 2017	1.212.137
TOTAL	8.560.244

### **37 – EVENTOS SUBSEQUENTES**

- a)** Em 15.02.2016, a Companhia recebeu a notificação de lançamento de Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, no valor total de R\$ 27.462 mil (principal de R\$ 15.484), pela Prefeitura Municipal de Angra dos Reis - PMAR, referente à inscrição imobiliária das áreas de sua propriedade na Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto CNAAA.

Os valores lançados em cobrança retroativa, para os exercícios de 2010 a 2015, referem-se a áreas adicionais de terreno, que foram acrescidas ao cadastro imobiliário em processo administrativo requerido pela própria administração da Companhia em 13.11.2015. Ocorre que o Município, ao efetuar tais alterações em seu cadastro, efetuou também o lançamento retroativo das diferenças apuradas para os exercícios de 2010 a 2015, com a incidência de juros de mora (R\$ 8.134 mil) e correção monetária (R\$3.844 mil).

Em 16.03.2016, a Companhia requereu, junto a PMAR, o parcelamento para os lançamentos efetuados entre os exercícios de 2011 a 2015, no valor total de R\$ 21.921 mil (principal de R\$ 13.326 mil) em 60 (sessenta) parcelas mensais, bem como, requereu ainda, a impugnação do lançamento efetuado para o exercício de 2010, no valor total de R\$ 5.541 mil (principal de R\$ 2.158 mil), por entender que estão presentes os pressupostos para alegações de decadência da cobrança deste lançamento. Até a data de divulgação destas demonstrações financeiras não houve resposta ao requerimento de impugnação pela PMAR.

- b)** Em meados do mês de outubro de 2015, a Empresa procedeu a suspensão consensual de contratos de fornecimento da Usina Angra 3, por noventa dias, extensivos a cento e vinte dias, cujo término ocorreu em 01 de fevereiro de 2016. Durante o mês de fevereiro de 2016, a ELETRONUCLEAR convocou os fornecedores cujos contratos foram suspensos, para viabilizar a extensão da suspensão dos mesmos, agora de forma amigável pelo prazo de até mais cento e vinte dias.

Até a presente data, já houve adesão de grande parte dos fornecedores à renovação da suspensão, estando em negociação com os demais para a totalidade dos contratos.

Simultaneamente às gestões de ordem contratuais do empreendimento, a Empresa elaborou um plano econômico financeiro de cento e oitenta dias, de modo que possa viabilizar o retorno das atividades paralisadas do empreendimento, como forma de estancar os danos pela suspensão das atividades de construção. O mencionado plano encontra-se em fase de gestões para sua execução.

- c) Corre na 44ª Vara Cível da Comarca da Capital do Rio de Janeiro, ação ordinária (processo nº 0488193-93.2015.8.19.0001), proposta pelo Consórcio Angramon (Andrade Gutierrez Engenharia SA, Andrade Corrêa SA, Construtora Norberto Odebrecht SA, UTC Engenharia SA, Techint Engenharia e Construção SA, Empresa Brasileira de Engenharia SA e Construtora Queiroz Galvão SA), com o objetivo de rescindir o contrato de montagem eletromecânica, com fundamento na ausência de pagamento, pela ELETRONUCLEAR, por mais de 90 dias, bem como a não aplicação, também pela ELETRONUCLEAR, de penalidades ou de execução da garantia contratual.

A Empresa contratou a LOBO & IBEAS Advogados para representá-la no processo, tendo a contratada apresentado sua posição preliminar de que as chances de êxito por parte da Angramon são possíveis. Acrescenta a contratada que essa opinião de probabilidade de perda na referida demanda, resulta de juízo preliminar, podendo servir tão somente a atender aos elementos de avaliação para fins de demonstrações financeiras e de auditoria.

A ELETRONUCLEAR contestou a ação por seus advogados e o Consórcio Angramon apresentou réplica. A antecipação dos efeitos da tutela não foi deferida pela julgadora. Na mesma decisão, foi determinada a intimação da União Federal para manifestar eventual interesse na lide, o que foi efetivado na data de 22/03/2016.

- d) Derivado do processo de auditoria de conformidade no contrato de montagem eletromecânica da Usina de Angra 3 realizado pelo Tribunal de Contas da União, em fevereiro de 2016, a ELETRONUCLEAR, foi oficiada pelo TCU solicitando informações econômico-financeiras acerca desse empreendimento. De acordo com o referido ofício, o processo será encaminhado ao congresso nacional para exame e avaliação quanto ao prosseguimento ou paralização da execução física, orçamentaria e financeira da obra. A ELETRONUCLEAR respondeu ao ofício e esta aguardando a análise do TCU.

Importante frisar, que em 14.01.2016, foi sancionada, pela Presidenta da República, a Lei nº 13.255 onde foi estimada a receita e fixadas as despesas da União para o exercício financeiro de 2016, nela incluindo em seu inciso III do artigo 1º, o Orçamento de Investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detém a maioria do capital social com direito a voto, incluindo-se na mesma, a aprovação de dotação e execução orçamentária para a ação de Investimento no projeto de “Implantação da Usina Termonuclear de Angra 3”, pertencente a ELETRONUCLEAR, a qual compreende-se que após avaliação da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, bem como pelo plenário do Congresso Nacional, a obra de “Implantação da Usina Termonuclear de Angra 3” está apta a manter sua execução física, orçamentária e financeira.

Apesar das alterações cronológicas do projeto, a companhia assegura a preservação e integridade dos serviços já executados, além da implementação de ações a um nível

de desempenho capaz de recuperar os possíveis impactos no cronograma da obra da Usina Angra 3. A companhia acredita, também, que o valor residual líquido, apurado após os teste de recuperabilidade (*impairment*), será recuperado ao longo da operação comercial desse empreendimento.